

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Instabilidade Política e o Desenvolvimento Económico na Guiné-Bissau

Samora Gomes Có

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof. Doutor Sérgio Chilra Lagoa, professor auxiliar ISCTE-IUL

Outubro, 2020

iscte

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

A Instabilidade Política e o Desenvolvimento Económico na Guiné-Bissau

Samora Gomes Có

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Prof. Doutor Sérgio Chilra Lagoa, professor auxiliar ISCTE-IUL

Outubro, 2020

A Instabilidade Política e o Desenvolvimento económico na Guiné-Bissau
Samora Gomes C6

A INSTABILIDADE POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
NA GUINÉ-BISSAU
SAMORA GOMES C6

Outubro
2020

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que ao longo do meu mestrado contribuíram de uma forma direta ou indiretamente no cumprimento dos meus objetivos.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Doutor Sérgio Chilra Lagoa, pelo apoio incondicional e a disponibilidade que sempre demonstrou em apresentar-me sugestões e cometários que foram muito valiosos na melhoria deste trabalho.

Agradeço ainda ao funcionário e a todos os professores desta instituição que me acompanharam ao longo deste percurso académico e por outro lado ao nosso entrevistados Dr. Geraldo Martins e Prof. Doutor Suande Camará, pela entrevista concedida.

Aos meus familiares agradeço pela ajuda e força que sempre me deram. Em especial a meus pais Estevão, Bobo e Eusebia (Santa), a minha esposa Elga e a minha querida filha Saela, aos meus Irmão William, Eusebia (Mirna), Nelida, Juvêncio, Indira, Saudinha, Santa, Francisca, Rivelina, Maria, Zulmira, Sadia e Estevão Júnior, aos meus tios Gilberto e sua família, Manuel Sá (N´tarda), e a minha prima Ronise em especial.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos Aristóteles e Engraça António pela ajuda que me deram ao longo do meu estudo.

Resumo

A Guiné-Bissau tem vivido uma crónica instabilidade política desde a implementação da democracia em 1994, com uma guerra civil, vários golpes de estado, assassinato, mudanças constantes de Presidentes da República e governos. O país se encontra entre os mais pobres e corruptos do mundo, e tem um dos mais baixos IDH do mundo.

Neste trabalho pretende analisar o impacto da crónica instabilidade política no desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, compreender se é a causa da extrema pobreza no país ao longo desses anos. Por outro lado, tentar compreender qual é a sua relação com a corrupção generalizada e um baixo nível de crédito bancário no país e também, ver qual é o canal de transmissão da instabilidade ao crescimento económico na Guiné-Bissau.

A metodologia utilizada é baseada nos estudos de caso, através de combinação dos dados do país, com os dados das entrevistas recolhidas com algumas personalidades do país.

O resultado demonstra que a crónica instabilidade política é a causa de um baixo desenvolvimento económico e da extrema pobreza na Guiné-Bissau.

Palavra chaves: Crónica Instabilidade Política, Crescimento Economico, Pobreza, Corrupção, Crédito, Guiné-Bissau.

Abstract

Guinea-Bissau has experienced chronic political instability of democracy in 1994, with a civil war, several coups, murder, constant changes of Presidents of the Republic and governments. The country is among the poorest and most corrupt in the world, and one of the lowest HDI in the world.

In this world, we intend to analyze the impact of chronic political instability on Guinea-Bissau's economic development, to understand if it is the cause of the extreme poverty in the country over those years. On the hand, trying to understand what its relationship with widespread corruption and a low level of bank credit in the country is and, see what the channel of transmission of instability to economic growth in Guinea-Bissau is.

The methodology used is based on case studies, through the combination of country data, with the interview data collected with the interview data collected with some personalities of the country.

The result shows that chronic political instability is the cause of low economic development and extreme poverty here to search in Guinea-Bissau.

Key words: *Chronic Political Instability, Economic Growth, Poverty, Corruption, Credit, Guinea-Bissau.*

Índice

Introdução-----	1
Capítulo I - Revisão da literatura-----	2
1.1. Os fatores que condicionam o crescimento económico-----	2
1.2. Como é que a instabilidade política se relaciona com o crescimento económico? -----	4
1.2.1. Instabilidade política com a incidência num golpe de estado-----	7
1.2.2. Instabilidade política com incidência numa guerra civil-----	9
1.2.3. Instabilidade política com incidência na mudança de governo-----	10
1.2.4. Por que a estabilidade é importante-----	12
Capítulo II-----	13
2. Caracterização de instabilidade política na Guiné-Bissau-----	13
2.1. Contexto político-----	13
2.2. Guiné-Bissau após guerra civil de 1998-1999-----	14
2.3. Golpe à democracia na Guiné-Bissau em 2012-----	14
2.4. A instabilidade política sem a intervenção dos militares 2014-2019-----	16
Capítulo III-----	17
3. Instabilidade política e a corrupção na Guiné-Bissau-----	17
3.1. Tipos de corrupção na Guiné-Bissau-----	19
3.1.1. Corrupção pequena e burocrática na Guiné-Bissau-----	20
3.1.2. Corrupção de grande dimensão e impunidade na Guiné-Bissau-----	20
3.2. Sectores afetados pela corrupção na Guiné-Bissau-----	21
Capítulo IV-----	21

4. Instabilidade política e o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau-----	21
4.1. Caracterização da economia guineense-----	21
4.1.1. A evolução económica da Guiné-Bissau antes do conflito militar de 1998-----	21
4.1.2. A Economia guineense durante o conflito militar de 1998-----	22
4.1.3. Economia guineense após conflito militar de 1998-----	23
4.1.4. Deterioração do desempenho macroeconómico após a sua Recuperação-----	23
4.1.5. Nova dinâmica de crescimento na economia guineense-----	26
4.1.6. Novo recuou na dinâmica de crescimento na economia guineense em 2012-----	27
4.1.7. Um olhar de esperança no crescimento económico guineense a partir do ano 2014-----	27
4.2. Canas de transmissão da instabilidade política ao crescimento económico na Guiné-Bissau-----	31
4.3. A comparação do desempenho económico da Guiné-Bissau ao das antigas colónias portuguesas na África-----	34
Capítulo V-----	36
5. Impacto da instabilidade política na Guiné-Bissau-----	36
5.1. Instabilidade política e crédito bancário na Guiné-Bissau-----	36
5.1.1. Sistema bancário guineense: situação recente-----	36
5.1.2. Crédito bancário na Guiné-Bissau-----	36

5.1.3. Fatores que condicionam o crescimento do crédito bancário na Guiné-Bissau-----	38
5.1.3.1. Instabilidade económica e política-----	38
5.1.3.2. Poupança na Guiné-Bissau-----	39
5.1.3.3. O sistema judicial guineense-----	39
5.1.3.4. O elevado grau de informalidade na economia guineense-----	39
5.1.3.5. Processo de aprovação de empréstimos e termo de empréstimos--	40
5.1.3.6. Opção dos bancos por empréstimos de curto prazo não de médio e longo prazo-----	41
5.1.3.7. Inclusão financeira relativamente fraco-----	41
5.2. A indisciplina financeira-----	41
5.3. Os abusos, as irregularidades e o desrespeito pela lei-----	42
5.4. Fuga ao fisco e a fraude fiscal-----	43
5.5. Fraca diversificação da economia-----	43
Capítulo VI-----	44
6. Análise da entrevista-----	44
Conclusão-----	46
Referências Bibliografia-----	48
Anexos-----	53

Índice de figuras

Figura 2.1. A crónica instabilidade política na Guiné-Bissau-----	16
Figura 3.1. Evolução de PIB per capita de antigas colónias Portuguesas na África-----	19
Figura 4.1. Evolução económica da Guiné-Bissau antes de conflito militar de 1998-1999-----	22
Figura 4.2. Crónica instabilidade política e o crescimento económico-----	30
Figura 4.3. Mudança de governo e crescimento económica da Guiné-Bissau-----	30
Figura 4.4. Canais de transmissão da instabilidade política (Painel A, B e C) -----	33
Figura 4.5. Evolução de índice de perceção da corrupção nos países de PALOP-----	35

Índice de quadros

Quadro 3.1. Política do país e avaliação institucional 2018, comparação entre Guiné-Bissau e a Média dos países da África subsaariana que fazem parte da Associação Internacional de Desenvolvimento (SSA IDA) -----	18
--	----

Índice de quadros em anexos

Quadro A1. Listagem de Presidentes da República e Primeiros Ministros da Guiné-Bissau-----	53
Quadro A2. Sectores afetados pela corrupção na Guiné-Bissau-----	54
Quadro A3. Posição mundial de corrupção dos países do PALOP-----	55
Quadro A4. Posição mundial de Índice de Desenvolvimento Humano dos países de PALOP-----	55
Quadro A5. Evolução do PIB anual da Guiné-Bissau 1974-1997-----	56
Quadro A6. Evolução: PIB anual da Guiné-Bissau 1998-2019-----	56
Quadro A7. Matriz da caracterização económica da Guiné-Bissau-----	57
Quadro A8. Em outros anexos. Caracterização Geral do Entrevistado-----	61

Outros anexos

1. Perguntas de investigação-----	59
2. Entrevista de Dr. Geraldo Martins-----	62
3. Entrevista de Professor Doutor Suande Camará-----	67

Abreviaturas

ANP – Assembleia Nacional Popular

APGB – Administração dos Portos da Guiné-Bissau

APU/PDGB – Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau

BAO – Banco da África Ocidental

BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental

BDU – Banco da União

BIC – Bureau de Informação

CCP – Comissão da Consolidação da Paz da Nações Unidas

CEDEAO – Comunidade de Estados da África Ocidental

CNE – Comissão Nacional das Eleições

CMP – Crédito Malparado

CPIA – Política Nacional e Avaliação Institucional

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa

DENARP I – Primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

DENARP II – Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

ECOMIB – Força se Interposição da Comunidade dos Estados da África Ocidental

EUA – Estados Unidos da América

FCFA – Franco de Comunidade Financeira Africana

G – 15 Grupo dos 15 Deputados dissidentes do PAIGC

ICOF – Inquérito sobre o Consumo e o Orçamento das Famílias

IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento, o Braço do Grupo Banco Mundial que Fornece Crédito para Países mais pobres

IDH – índice de desenvolvimento Humano

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

ILAP2 – Segundo Inquérito ligeiro para Avaliação da Pobreza

INEC – Instituto Nacional de Estatística e Censos

MEF – Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau

Missang – Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau

ODM – Objetivo de Desenvolvimento de Milene

OGE – Orçamento Geral de Estado

PAIGC – Partido Africano por Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

PRGF – Facilidade de Redução de Pobreza e Crescimento

PND – Partido da Nova Democracia

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvidos

PRS – Partido da Renovação Social

P5 – Conjunto das Organizações Internacionais (ONU, UA, EU, CEDEAO e CPLP)

SAA – África Subsaariana

Países da SSA IDA – 38 Países da SSA IDA que Obtiveram Pontuação da CPIA em 2018

UA – União Africana

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africano

UM – União para Mudança

UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

UE – União Europeia

Introdução

A Guiné-Bissau é um país que goza de enormes recursos naturais (recursos hídricos, minerais, e marinhos) e com terra favorável para prática da agricultura, beneficiando ainda de um património florestal e ambiental de elevado potencial económico (ANEME, 2018). Com dezenas de ilhas e ilhéus na costa, a beleza paisagística a biodiversidade, a diversidade cultural e a riqueza histórica proporcionam um conjunto de oportunidade na área do turismo.

Apesar de toda riqueza do país, na Guiné-Bissau os salários são baixos, grandes partes dos empregos são informais e a mão de obra é pouca qualificada. Apenas uma pequena parte do PIB se deve à atividade industrial. A sua economia depende essencialmente do setor primário, a produção de castanha de caju, que representa mais de 95,6% das exportações do país. Com abertura democrática em 1994 e um sistema Semipresidencial, a vida pública na Guiné-Bissau foi marcada pela crónica instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância do Estado de direito Democrático, o país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais provocadas pelo conflito político-militar de 1998-1999. Desde este período o país viveu uma crónica instabilidade política, com vários golpes e assassinatos. De 1994-2019, já passaram 13 Presidentes da República e 26 Primeiros Ministros na Guiné-Bissau (ver o quadro A1 em anexo), agravado ainda pela posição do país como principal centro africano do narcotráfico.

Uma inventariação dos flagelos da Guiné-Bissau é muito complexa. Apesar dos problemas estruturais do subdesenvolvimento, a dimensão reduzida, a crónica instabilidade política e a corrupção, as fracas capacidades institucionais e organizativas em praticamente todos os níveis e sectores constituem um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. E levou o país a figurar na lista dos países mais pobres do mundo, com um IDH de 0,461 situa-se na posição 178^a a nível mundial (*Human Development Report*, 2019) e um dos países mais corruptos do mundo, ocupando a posição 172^a do índice de perceção de corrupção com uma pontuação de 16 em 100, (*Transparency Internacional* 2018). Tendo em conta esses vários fatores e outros que não foram mencionados e que estão a constrear o desenvolvimento socioeconómico do país, consideramos que a crónica instabilidade política é a mais constreadora de todos no desenvolvimento económico da Guiné-Bissau e que pode influenciar todos os outros fatores. E é por isso que decidimos estudar o impacto da crónica instabilidade política no

desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, compreender se é a causa da extrema pobreza no país ao longo desses anos é o objetivo dessa dissertação, a metodologia que vai ser usado é através de revisão da literatura, recolha de dados e entrevista com alguns dirigentes da Guiné-Bissau. Para obter o resultado desejado, faz-se necessário fazer uma revisão da literatura e uma apresentação breve da situação política da Guiné-Bissau. Essas constituem o primeiro e segundo tópico da dissertação. Posteriormente, no terceiro e quarto tópico, far-se-á uma breve apresentação dos desempenhos económicos da Guiné-Bissau, obtidos nesses últimos 25 anos, que servirão para quantificar os resultados, essencialmente no que tange aos dados sociais. Através da entrevista, vamos recolher as informações para comparar com os dados obtidos. Por fim, tem-se o quinto tópico destinado a análise da correlação e da complementaridade entre os resultados económicos e a situação política da Guiné-Bissau. Segue-se então as considerações finais da monografia.

Capítulo I

1. Revisão da literatura

1.1. Os fatores que condicionam o crescimento económico

O crescimento económico pode ser entendido como um aumento na capacidade de uma economia em produzir bens e serviços, no âmbito da comparação de um período com outro. Tradicionalmente, o crescimento económico é medido em função do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Coimbra (2018), o PIB representa o resultado final da atividade económica das instituições residentes num determinado território, num dado período de tempo (tipicamente, um ano ou um trimestre).

Atualmente, existe uma larga diferença no crescimento económico entre os países, segundo a professora *Sofia vale, nas aulas de Macroeconomia e Análise conjunturais* essa diferença nos rendimentos per capita entre os países à escala mundial aumentou-se significativamente entre 1800 e 1950. O *gap* alargou entre o grupo dos países da Europa Ocidental e o resto do mundo. Não há convergência e correlação entre o nível do produto per capita dos países à escala mundial, os níveis de vida variam de forma drástica. Tudo isso pode ser influenciado por alguns fatores, que condicionam o crescimento económico

e permitindo uma larga diferença no PIB per capita dos países. Assim podemos ver alguns fatores que estão na origem destas diferenças:

- **Taxa de crescimento da população** que é considerado de ter uma correlação negativa com o PIB per capita entre países. Para tudo resto igual, os países onde a população cresce mais depressa tendem a ser mais pobres;¹
- **Taxa de investimento** que é considerado ter uma correlação positiva com o crescimento económico entre países. Os que investem mais tendem a ser mais ricos;²
- **Produtividade** que é considerado ter uma correlação positiva com o crescimento económico entre países. Os que são mais produtivos tendem a crescer mais rápido do que os que são menos produtivos;³
- **Gastos públicos**, maiores gasto produtivo em capital, defesa, educação, transporte e comunicação, têm um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o crescimento económico (Rocha & Giuberti, 2013). Isso não quer dizer, porém, que os governos devem gastar dinheiro com irresponsabilidade a fim de elevar o PIB, uma vez que gastos sistematicamente elevados podem comprometer a saúde fiscal de uma economia.
- **Comércio externo**, uma maior abertura ao comércio internacional possibilita maior especialização e aproveitamento de economias de escala, conduzindo a maior produtividade e crescimento. Segundo Afonso & Aguiar (2004), a forte abertura ao comércio externo, juntamente com a concomitante industrialização, são uma das características mais marcantes na evolução da economia portuguesa, na segunda metade do século XX.
- **Anos de escolaridade iniciais**, uma maior escolarização da população ativa corresponde a um nível mais elevado de capital humano, que está associado a maior produtividade e crescimento (Gemmell, 2009);
- **A propensão de graduação em ciências e matemática** que é observado de ter efeito positivo no crescimento, o que pode ser explicado pelo fato de que uma base de conhecimento da economia requer não apenas trabalhadores mais altamente qualificado, mas também uma grande piscina de graduados em ciências exatas (Valente, Salavisa, & Lagoa, 2016);

¹ Apontamentos das aulas da Profa. Sofia Vale.

² Apontamentos das aulas da Profa. Sofia Vale.

³ Apontamentos das aulas da Profa. Sofia Vale.

- **Instabilidade política** que gera incerteza sobre as políticas económicas futuras e desestimula o investimento, impede o crescimento económico e deteriora os padrões de vida (Aisen, 2010).

Portanto, devido estes e outros fatores que não mencionamos, vem demonstrar a razão da larga diferença no crescimento económico entre países e a falta de convergência. Segundo a *Professora Sofia Vale*, para que haja uma convergência implica uma correlação negativa, os países pobres tendem de crescer mais depressa do que os ricos, para ela, isso pode ser difícil de acontecer mas, não impossível. Se olharmos pelas estatísticas de crescimento da China depois de superar a crónica instabilidade vivida antes dos anos 1978. Com a relativa estabilidade a China representa a mais alta taxa de crescimento do mundo há pelo menos 30 anos ininterruptos, observadas no início dos anos 1980 e que hoje esta no *top* do crescimento mundial. Isso demonstra que o país pobre se superarem as suas dificuldades, conseguem crescer mais rápido para chegar ao nível de crescimento dos países ricos, assim como a China superou a sua instabilidade política vivida antes dos anos 1978.

1.2. Como é que a instabilidade política se relaciona com o crescimento económico?

Para o nosso estudo, vamos analisar a instabilidade política como determinante do crescimento económico, mas, no caso específico da Guiné-Bissau. E antes de iniciarmos o caso específico da Guiné-Bissau, vale a pena lembrar que muitos argumentos apresentados na literatura sobre a instabilidade política e crescimento económico se aplicam o caso específico da Guiné-Bissau. Vamos começar por definir o que é a instabilidade política num país. De seguida analisamos o seu impacto sobre o crescimento económico. A medição da instabilidade política e a consideração das suas várias dimensões irá ocupar-nos de seguida, dando-se destaque aos efeitos dos golpes de estado, guerra civil e mudanças de governo. E serão considerados os exemplos da São-Tomé e Príncipe, Portugal, Argentina, Japão e China.

É provável que a instabilidade política diminua os horizontes dos formuladores de políticas, levando a política macroeconómicas de curto prazo. Também pode levar uma troca mais frequente de políticas económicas, criando volatilidade e, portanto, afetando negativamente o desempenho macroeconómica. Segundo Alesina, Özler, Roubini, &

Swagel (1996), a instabilidade política é uma mudança no poder executivo, seja por meios constitucionais ou inconstitucionais. A Instabilidade política num país cria o clima de enorme desconfiança sobre o futuro do país. Para o *FMI* (2012), a instabilidade pode aumentar a incerteza e desestimular o investimento, impedir o crescimento económico e deteriorar os padrões de vida. Uma visão que foi reforçada por Veiga (2013), é que a instabilidade política gera incerteza sobre as políticas económicas futuras, reduzindo os incentivos para investir em capital físico e humano e em tecnologia. E acrescentaram ainda que, este efeito adverso da instabilidade política sobre o desempenho económico pode ser atenuado, mas não eliminado, por instituições eficazes. Por outro lado Aisen (2010), afirmou que a instabilidade política reduz significativamente o crescimento económico, tanto estatisticamente e economicamente. Isso já tinha sido demonstrado por Seibert (1998), num estudo sobre a instabilidade política e crescimento económico em São-Tomé e Príncipe para o ano 1991-1996, e que tinha projetado uma taxa de crescimento real do PIB de 4% para os anos 90, mas, constatou-se que devido a instabilidade política o país registou um fraco desempenho económico com um crescimento do PIB em 1,5% durante este período e o objetivo de diversificação agrícola não foi realizada. Um facto que veio a ser reforçado por Fosu (2002), onde considerou a instabilidade política um culpado particularmente importante no baixo crescimento das economias Africanas. Onde afirmou ainda que o efeito adverso “direto” da instabilidade política na África subsariana é 33% do crescimento do PIB no período 1960-1986.

Em suma, podemos dizer que os principais canais através dos quais a instabilidade política afeta o crescimento económico são: redução do investimento em capital físico e humano, aumento da incerteza, afastamento do investimento direto estrangeiro, prejudica o funcionamento do mercado e orienta os decisores para uma visão de curto prazo.

Os estudos empíricos mostram que essas instabilidades podem afetar crescimento económico por várias razões. Segundo Abu Murad & Alshyab (2019), no seu estudo sobre a medição da instabilidade política e seu impacto no crescimento económico, demonstrou que o Drazen (2000) Fornece duas razões pelas quais a instabilidade política pode afetar resultados económicos. Afirmou que em primeiro lugar, a instabilidade política cria incerteza em relação ao futuro instituições e formuladores de políticas, que altera o comportamento de agentes e empresas privadas com respeito à acumulação de capital. Além disso, altera os incentivos de formuladores de políticas que tentam aumentar seu mandato através das políticas económicas populares de curto prazo. Em segundo lugar, a

instabilidade política pode ter um efeito direto na produtividade, porque prejudica o funcionamento do mercado e as relações económicas. Eldin & Abdelkader (2015), estimaram a relação robusta entre o crescimento económico no Egito e instabilidade política, incerteza e regime político, e estimaram o seu impacto na economia egípcia nas últimos quatro décadas. Além disso, o artigo testa também o impacto da incerteza, resultante de condições políticas e económicas instáveis no crescimento no Egito. Consequentemente usaram os dados de séries temporais do período entre 1972 a 2013 sob abordagem de cointegração para determinar os relacionamentos de curto e longo prazo. Além disso, usaram uma abordagem do modelo GARCH no Modelo de Correção de Erro (ECM) para introduzir o impacto de incerteza. Modelos estimados mostram o impacto positivo e significativo do capital físico e humano sobre crescimento económico no Egito entre 1972 a 2013. A mudança de governo e assassinato de executivos têm um impacto positivo e significativo no crescimento económico, enquanto a Revolução de 25 de janeiro e a renúncia de executivo têm um impacto negativo e insignificante no crescimento económico. E ainda confirmaram que um nível mais elevado de incerteza induzida por situações políticas ou económicas no Egito, desempenha um papel significativo na determinação de nível de crescimento económico e, portanto, o seu impacto é negativo. A relação entre o nível da democracia e o crescimento económico no Egito é confirmada. Por fim concluíram que o nível mais alto de liberdade está associado a um nível mais alto de crescimento económico. Da mesma forma, concluíram também que um nível mais alto de direitos políticos e liberdades civis estimula o investimento e o crescimento económico. Em conclusão, demonstraram que a instabilidade política, a incerteza e o nível da democracia determinaram o crescimento económico no Egito na quela época.

Por sua vez Aisen (2010), usou um conjunto de dados que abrange 169 países no período entre 1964 a 2004, através de regressões sistema-GMM mostrando que a instabilidade política é particularmente prejudicial por seus efeitos adversos no crescimento total da produtividade dos fatores e, em menor escala, pelo desencorajamento da acumulação de capital físico e humano.

Como a instabilidade política em um país não pode ser medido diretamente, vários estudos empíricos frequentemente confiam em algumas variáveis que têm alguma relevância para este tipo de estudo, como é o caso de Carmignani (2003) que agrupou alguns eventos que parecem ter relevância para esse tipo de análise em duas grandes

categorias de modo que uma definição bidimensional geral de instabilidade política pode ser dada. Na primeira dimensão ele inclui fenómeno de natureza sociopolítico distribuído como violência em massa, mortos, e assassinatos como motivação políticas, tumultos e revolução. E na segunda dimensão colocou eventos como demissões governamentais e eleições. Conclui-se que eventos em ambos os grupos (ou dimensões) geram incerteza sobre a estabilidade instituições, forma de estado, sistema legal e formuladores de política económica (parlamento e governo). Acrescentou ainda que cria incerteza sobre o curso futuro da política económica (taxas tributárias, estado da procura agregada, política cambial, política de inflação, etc.) a segurança de direito de propriedade, os fluxos de recursos financeiros do exterior e a produtividade de bens do capital. Essas incertezas por sua vez, afeta os incentivos de agentes e empresas dos formuladores de políticas. Por sua vez Abu Murad & Alshyab (2019) agruparam esses fatores em três dimensões, que são: protesto civil, agressão politicamente motivada, instabilidade dentro de regime político. Finalmente examinaram até que ponto as dimensões da instabilidade política são diferentes. Usaram um modelo semelhante a Mankiw et al (1992), mostraram que as quatro dimensões da instabilidade política têm efeitos diferentes no crescimento económico de longo prazo. Concluíram que apenas a instabilidade do regime político e os protestos civis são significativamente relacionados ao crescimento económico de longo prazo e que um aumento de cem por cento nas dimensões instabilidade de regime e os protestos civis está associado a uma menor taxa de crescimento real per capita de dois por cento e um por cento, respetivamente.

1.2.1. **Instabilidade política com a incidência num golpe de estado**

Outra variável que tem recebido uma atenção especial é a incidência de golpe de estado que geralmente é verificado ser adversa ao crescimento económico e foi caracterizado pelo alto nível de incerteza, queda de investimento, pela redução das taxas de crescimento do PIB e pelo aumento da inflação e défice público. A história africana, foi marcada com um histórico de incidência de golpes, está repleto de relatos de emergentes líderes de golpes militares decretando novas regras, como revogação de dívidas, mudanças na políticas macroeconómicas e reinstituição de subsídios governamentais. Tais políticas geralmente favorecem politicamente os governantes incluindo os militares. Embora agradável no curto prazo, no entanto, essas políticas podem ter efeitos desastrosos e consequências económicas. Por exemplo Johnson (1984), num estudo sobre golpes militares de estados africanos e subdesenvolvimento e um quantitativo análise, verificou que os países cujos

economia cresceram mais rapidamente nos anos 1956-1987, experimentaram menos as intervenções militares na política do que os outros e, ainda descobriram que os estados africanos cujo emprego industrial cresceram mais de 1960-1978 tiveram significativamente menos intervenção militar entre 1960-1982 do que estados cujos programas de industrialização haviam estagnado.

Para Fosu (2002), num estudo sobre a instabilidade política e crescimento económico implicações dos eventos de golpe na África subsaariana, onde examinou até que pontos vários golpes e eventos de instabilidade política que afetam as economias em desenvolvimento na África subsaariana durante o período pós colonial: golpes de sucesso, golpes abortivos e plano de golpes denunciados. Estes três tipos de golpes podem influenciar diferencialmente o crescimento económico. Observou-se que o golpe abortivo exerceu o maior efeito inverso no crescimento do PIB, seguida dos golpes de sucesso e, em seguida por planos de golpes denunciados. Um golpe de estado de sucesso implica uma mudança forçada e ilegal do governo atual, geralmente pelo pequeno grupo nos quais membro das forças militares, policias ou de segurança de estado. Golpes abortivos são ... essas tentativas de mudança forçada que falharam. Diz-se que existe um plano de golpe se houve uma denúncia oficial do governo que um plano para mudar com força o governo tem sido detetado. O estudo revela ainda, que para todos os três eventos de golpes os seus efeitos foram transmitidos através da deterioração da produção marginal do capital atribuída à instabilidade política.

Uma visão que vem contrariar o que já foi escrito na literatura por Londregan & Poole (1990) nos seus estudos sobre a pobreza, armadilha de golpe e apreensão do poder executivo, construíram um modelo que lhes permitiram avaliar as influências separadas da taxa de crescimento, do nível do rendimento e histórico de golpes, crescimento e rendimento. Concluíram que um alto nível do rendimento inibe drasticamente os golpes; e acharam também que o mesmo acontece com uma alta taxa de crescimento. Ainda afirmaram que o golpe em si não afeta significativamente a taxa de crescimento económico e justificaram que os governos que chegam ao poder por meio de golpe podem influenciar a taxa de crescimento económico, assim como os governos eleitos popularmente. Os seus resultados indicam, no entanto, que o golpe em si não afeta significativamente a taxa de crescimento e destacaram a distinção entre o golpe e a revolução, que causam grandes perturbações e reorganização de sociedade e golpes, que frequentemente envolvem a apreensão de estrutura de poder preexistente, mas não a sua

destruição. Numa linha semelhante Nursalam (2016, 2013), argumenta, que durante os anos 1964-1984 o Brasil foi governado por um governo militar mas que elevou a economia por uma profunda transformação: um aumento elevado do PIB, diversificação da estrutura produtiva, surgimento de indústrias de bens de capital e bens básicos, melhoria de infraestrutura do país e, ainda criou-se um novo sistema tributário e financeiro no país trazendo novas fontes de financiamento para o governo. Tudo isso tenta demonstrar que os governos que chegaram o poder por meio de golpe podem influenciar positivamente a taxa de crescimento económico.

1.2.2. A instabilidade política com a incidência numa guerra civil

Por outro lado, a guerra civil é outro variável que merece atenção dos estudiosos, como uma fonte de manifestação de instabilidade política. Existem várias razões teóricas pelas quais uma guerra civil pode influenciar adversamente o crescimento económico num país. Uma guerra civil pode resultar em perdas materiais e fugas de quadros, o que reduz significativamente a capacidade produtiva do país. As guerras civis também pode desviar o investimento estrangeiro direto do país, devido ao risco acrescido que a guerra apresenta para o investimento, através da interrupção das trocas de mercados, risco de perda dos bens durante o conflito, etc. Ainda pode elevar a taxa de mortalidade que tem uma influência muito forte no crescimento económico e, o rendimento per capita de um país. E ainda eleva gastos com militares que leva uma canalização do dinheiro para longe de mais atividade de produção. Murdoch & Sandler (2002), fizeram um estudo sobre o crescimento económico, guerra civil, e repercussões espaciais onde usaram um modelo de crescimento neoclássico para testar empiricamente as influências de uma guerra no estado estacionário do rendimento per capita em casa e nos países vizinhos. Os modelos fornecem-lhes a base para medir efeitos de curto e longo prazo das guerras civis sobre o crescimento do rendimento per capita no país anfitrião e no vizinho. Evidências de danos colaterais é significativo no crescimento económico no país e dos países vizinhos. Esses danos são atribuídos a influências específicas de cada país, na imigração, capital humano ou investimento. Verificaram que os países em maior risco de danos colaterais decorrentes de países vizinhos guerra civil eram aquelas com fronteiras contínuas mais longas com a nação em conflito civil. Além disso, descobriram ainda que a guerra civil cria uma influência negativa significativa no curto prazo no crescimento dentro do país e dos vizinhos. Não encontraram evidências claras de um impacto negativo das guerras civis no crescimento a longo prazo.

1.2.3. A instabilidade política com incidência na mudança de governo

A instabilidade política promove o crescimento económico, ou o baixo crescimento leva a instabilidade política? Por um lado, a incerteza associada a um ambiente político instável pode reduzir o investimento e a velocidade de desenvolvimento económico. A instabilidade política pode afetar o crescimento económico porque aumenta a incerteza política, que tem efeitos negativos na decisão económica produtiva e no investimento económico. Uma alta probabilidade de mudança de governo implica políticas futuras incertas, de modo que agentes económicos avessos a riscos podem esperar para tomar decisões económicas produtivas ou até sair da economia investindo no outro país. Da mesma forma, pode ser que os investidores estrangeiros gostam de um ambiente político instável para tirar mais proveitos. Por outro lado, o fraco desempenho económico pode levar a queda do governo e a instabilidade política. O baixo crescimento económico pode aumentar a instabilidade do governo. Uma vasta literatura empírica, mostra que nas democracias industriais os governos são avaliados nas eleições e as hipóteses da sua reeleição depende da taxa de crescimento imediatamente antes das eleições. Nas não democracias, os governos são avaliados pela satisfação da população, o baixo crescimento aumenta a insatisfação popular, cria incentivos para atividades antigovernamentais, e pode aumentar a probabilidade de mudança de governo por via de golpe de estado. De acordo com Abdelkader (2017), nos países e no período de alta propensão ao colapso do governo, o crescimento é significativamente menor do que o contrário e não encontrarão evidências de que um baixo crescimento aumenta a propensão de mudança de governo. Acharam que a instabilidade política tende a ser persistente, na medida em que a ocorrência de frequente mudança de governos aumenta a probabilidade de mudanças adicionais. Alesina et al. (1996), responderam esta questão ilustrando com os casos da Argentina e Japão que captura uma correlação mais geral entre crescimento económico e a instabilidade política. Assim começaram por demonstrar que a Argentina era um dos países mais ricos do mundo. Nos anos 1960, o rendimento per capita da Argentina estava entre os vinte primeiros do mundo e era superior à do Japão. Nos últimos trinta anos, no entanto, a Argentina quase sempre chegou perto de colapso. Enquanto que no ano 1960, o Japão tinha um rendimento per capita abaixo de Iraque, Irlanda, e Argentina e não estava nem entre os vinte e cinco melhores do mundo. Desde então o Japão experimentou uma das taxas de crescimento mais rápidas do mundo. Por último demonstraram que isso se deve a um histórico de instabilidade apresentado pela Argentina, com vários golpes de estado

e muita violência política. Por outro lado, verificaram que o sucesso de Japão se deve a uma longa estabilidade política até à época, com o mesmo partido político no cargo continuamente de 1960 a 1993. Concluíram que, em países e períodos com alta propensão a mudança de governo, o crescimento é significativamente menor do que o contrário. Bruno (2019), num estudo sobre o crescimento económico e estabilidade política na China, estude correlação e complementaridade. Apresentar as estatísticas de crescimento económico da China que representa a mais alta taxa de crescimento do mundo a pelo menos 30 anos ininterruptos, observadas desde o final dos anos 1970 e inícios dos anos 1980. Verificou que tal crescimento teve início com ascensão de Deng Xiaoping ao poder especificamente em 1978. O período político Deng Xiaoping pode ser classificado como um período de relativa estabilidade política que há séculos não se via na China. E por outro lado, verificou que neste período foram implementadas várias reformas políticas e económicas e que teve como objetivo principal rápido desenvolvimento económico. De facto, detetaram que, em um período histórico, a China se transformou num polo de crescimento mundial, centrada na rápida industrialização e numa ativa política comercial. Concluíram que a estabilidade política favorece o projeto de desenvolvimento Chinês e seus resultados positivos tendem a manter esta estrutura.

Por outro lado, Veiga (2013), analisou a relação entre instituições, estabilidade política e crescimento económico no contexto dos 25 anos que se seguiram à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, com vista a determinar em que medida a economia portuguesa poderia ter tido um melhor desempenho se a instituições e o grau de estabilidade política do país fossem equivalente às dos seus parceiros europeus. Encontrou evidências de que a instabilidade política é um determinante importante no crescimento económico. Verificou que numa troca de chefe de governo e/ou de pelo menos 50% dos ministros, leva uma diminuição da taxa de crescimento anual do PIB per capita em 1,53 pontos percentuais. Na sua implicação para Portugal, fizeram a comparação com 14 países que aderirão a União Europeia até 1995. Adotou a metodologia de Tavares (2004) e encontrou evidências de que, Portugal apresenta uma média alta de dois anos e meio de troca de chefes de governo enquanto que a EU-14 a média é de três anos. Assim, verificaram que o desempenho económico português teria sido claramente melhor se Portugal estivesse ao mesmo nível que a EU-14. O seu PIB per capita teria mais 0,12% ao ano o que em 25 anos daria um acréscimo acumulado de

3,11%. Então no fim deste estudo afirmaram que mudança de governo mais frequente prejudica o crescimento económico.

A estabilidade política é um elemento essencial do quadro institucional afetando a produção e o crescimento. É um certo grau de estabilidade política condição para a produção e o desenvolvimento económico: Fornece confiança, facilitando o investimento e a produção Além disso, a instabilidade política pode facilmente decompor-se em anarquia e agressão física, tornando o clima para a produção tudo menos favorável (De Vaal & Ebben 2011).

1.2.4. **Por que a estabilidade é importante?**

Segundo *FMI* (2012) promover a estabilidade económica consiste, em certa medida, em evitar crises económicas e financeiras. Também implica prevenir fortes oscilações na atividade económica, taxas de inflação elevadas e o excesso de volatilidade nas taxas de câmbio e nos mercados financeiros.

Como vimos inicialmente que, a instabilidade política em um país não pode ser medida diretamente, vários estudos empíricos frequentemente confiam em algumas variáveis que têm alguma relevância para esse tipo de estudo, então, para o nosso estudo vamos confiar em algumas variáveis que parecem ter alguma relevância para o caso específico da Guiné-Bissau. A instabilidade política com a incidência numa guerra civil, no golpe de estado e na mudança de governo. Dali que, o nosso estudo será interessante porque, estes três tipos de incidências de instabilidades políticas, ocorreram em separado em alguns países como revelaram vários estudos, mas no caso específico da Guiné-Bissau, já se verificou os três tipos de incidência de instabilidade política no país, isso torna-se interessante para ver os seus efeitos em comum na Guiné-Bissau, para que se espera que a instabilidade política no final deste estudo seja detetada como a causa principal no baixo desempenho económico da Guiné-Bissau.

Esta monografia vai contribuir para a literatura, sendo o primeiro para a Guiné-Bissau neste tema explicando o relacionamento entre a instabilidade política e o crescimento económico no país. Esperamos no final, poder contribuir para a literatura na compreensão do relacionamento entre a instabilidade política e o crescimento económico fornecendo o caso específico da Guiné-Bissau.

Capítulo II

2. Caracterização da instabilidade política na Guiné-Bissau

2.1. Contexto político

A República da Guiné-Bissau fica situada na costa Ocidental da África, limitado ao norte pela República de Senegal, a leste e sul pela República da Guiné Conacri e a Oeste pela Oceano Atlântico. Com uma superfície total de 36.125 k^2 , com mais de 88 ilhas, que tem como capital Bissau, a língua oficial Portuguesa, com a moeda Franco CFA e uma população de 1.584.791 habitantes dos quais 804.721 habitantes são mulheres. O seu crescimento demográfico é de 2,5% anual, dados de INEC-Guiné-Bissau, 2017.

A Guiné-Bissau, tem uma histórico antiga de fragilidade política e institucional desde a sua independência unilateral 24 de setembro de 1973 e que venha a ser reconhecido pelo Portugal no dia 10 de setembro 1974. É um dos países mais instável do mundo e propício a golpe de estado. Desde a sua independência, registaram-se quatro golpes de estado bem-sucedidos e vários outros tentados e planeados ou suspeitos de golpes que levou que nenhum Presidente, desde a abertura da democracia em 1994 até 2014 conseguiu concluir o seu mandato de cinco anos e só este último que conseguiu completar o seu mandato. Para além dos golpes militares e assassinatos, as frequentes mudanças de governos, que fez com que desde abertura da democracia até hoje nenhum partido vencedor das eleições conseguiu terminar o seu mandato de quatro anos, são outra manifestação de instabilidade política no país.

Desde 1998, a vida pública na Guiné-Bissau foi marcada pela crónica instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância do Estado de direito Democrático, o país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais provocadas pela conflito político-militar de 1998-1999. Em 1994, tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento da Guiné-Bissau e foi eleito o então Presidente João Bernardo Vieira (Nino) que veio de um mandato de 14 anos, que começou desde 1980 o período em que o mesmo consumou um golpe militar que derrubou o Presidente Luís Cabral o primeiro Presidente da Guiné-Bissau desde 1974 e pelo seu partido PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde). Durante três anos de mandato, o Presidente eleito trocou dois governos e que mais tarde foi derrubado em 1998 por um golpe militar, sob acusação de venda de arma a rebeldes de Casamansa, ódios entre combatentes e entre outras. Entre 1998 e 1999, o país mergulha

praticamente numa guerra civil mesmo com a mediação da comunidade internacional e com a força militar de Interposição da Comunidade dos Estados da África Ocidental (ECOMIB) da Comunidade Económica dos Estados da Africa ocidental (CEDEAO) não conseguiram travar o golpe militar.

2.2. Guiné-Bissau após guerra civil de 1998-1999

Logo após a guerra civil, foi empossado um Presidente de transição, Malam Bacai Sanha que era Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) antes do conflito militar e um governo de transição que tinha a principal missão a realização das eleições. Novas eleições foram convocadas, e as populações foram chamados a urna, que culminou em 2000 na eleição de Dr. Kumba Yalá como novo Presidente e o seu partido PRS (Partido da Renovação Social). Com a tomada de posse do Presidente e o seu governo, em três anos do seu mandato demitiu três governos, e não demorou sofreu um golpe de estado em setembro de 2003, sob alegação de que era incapaz de resolver problema do país. Através de Bispo de Bissau D. José Câmnate Na Bissingn que liderava uma comissão “Ad-hoc” criada pelo comité militar onde estava incluído militar e civil, ele escolheu e propôs o nome de Henrique Pereira Rosa para o cargo de Presidente da República de transição e que foi aceite pelos militares e civis de seguida formaram um governo interino para preparar a eleição.

Em abril de 2004 tiveram lugar as eleições legislativas adiadas várias vezes que foram vencidas pelo PAIGC, logo o governo foi empossado. Em 2005 foi realizado a eleição Presidencial e João Bernardo Vieira ex-Presidente da República de 1980 a 1999 que foi retirado no poder por um golpe militar com uma guerra civil de 11 meses, foi reconduzido à função. As situações gerais continuam a degradar-se em todos os domínios da vida pública, a Guiné-Bissau transformou-se num trânsito de drogas, ponto de distribuição para América Latina e para a Europa. Desde a tomada da posse do novo presidente em 2005 até 2009 trocou 4 primeiros ministros. Foi realizada uma eleição legislativa antecipada a 16 de novembro de 2008 que deu a vitória ao PAIGC. No dia 1 de Março de 2009 foi assassinado o chefe de estado maior general das forças armadas e o Presidente foi assassinado no dia 2 pelas chefias militares que muitas analistas consideraram o verdadeiro poder no país, que afirmaram que o direito Democrático seria mantido e que não se tratava de um golpe de estado. Muitos países de todo mundo e a comunidade Internacionais condenaram o assassinato. De acordo com a Constituição da República foi substituído pelo Presidente da ANP, Raimundo Pereira assumiu a presidência interina. A

partir de 2009, aquando do assassinato do Presidente, João Bernardo Vieira, o Brasil preside na Configuração Específica da Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas, criada por iniciativa brasileira. Há, ainda o centro de formação de segurança no país, patrocinado pelo Brasil, para limitar o papel das forças armadas a questões militares.

Foram marcadas eleições presidenciais antecipadas e realizado no dia 28 de junho de 2009 e é vencida pelo Malam Bacai Sanha, ex-Presidente transição em 1999 a 2000 após guerra civil 7 de junho de 1998. Em 1 de Abril de 2010 houve uma tentativa de golpe de estado contra o primeiro ministro que veio a abortar depois. O novo Presidente da República em 9 de janeiro de 2012 veio a falecer em França por motivo de doença prolongada, onde foi substituído conforme a Constituição da República pelo Presidente da ANP, Raimundo Pereira voltou a assumir a presidência interina que já tinha assumido após assassinato de Presidente João Bernardo Vieira.

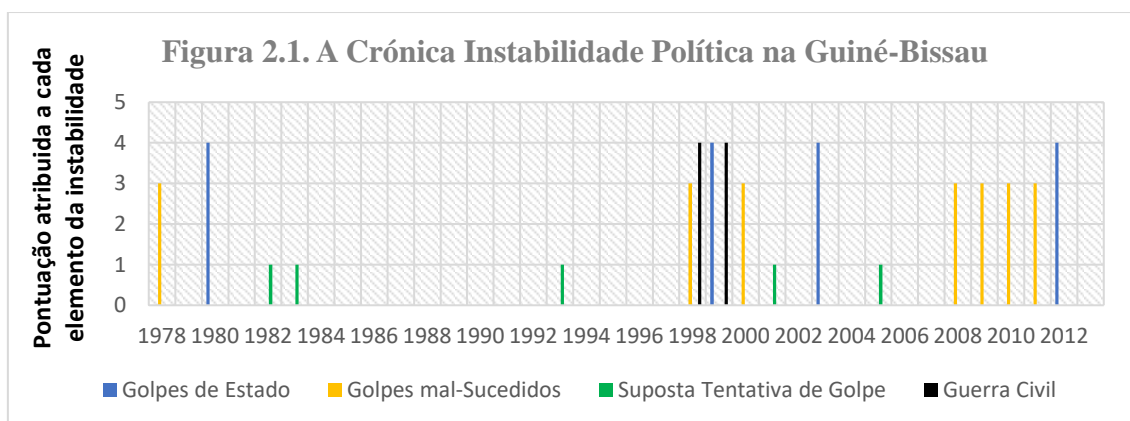
2.3. Golpe à democracia na Guiné-Bissau em 2012

Foi marcada uma nova eleição presidencial antecipada com a primeira volta feita no mês de março de 2012 onde o então primeiro ministro Carlos Gomes Júnior, apoiado pelo PAIGC era candidato, passou para segunda volta com o seu adversário Dr. Kumbá Yala apoiado pelo PRS. Em 12 de Abril de 2012 dia da abertura da campanha eleitoral para a segunda volta foi consumado um golpe militar ao presidente interino e o primeiro ministro então candidato vencedor da primeira volta, pelas chefias militares autodenominado Comando Militar alegando defender as Forças Armadas de uma alegada agressão de militares Angolanos denominado Missang que estava no país na base da cooperação bilateral, que segundo Comando Militar, teria sido autorizada pelos chefes do Estado interino e do Governo. Enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA) e o União Europeia (EU) exigiam a restauração imediata da ordem Constitucional, a CEDEAO impôs a 11 de maio Manuel Serifo Nhamadjo Presidente interino da ANP como presidente da República interino e um governo de transição durante dois anos com a missão de preparação do país para novas eleições. A CEDEAO instalou uma missão militar o ECOMIB com o objetivo da força de interposição e promover a paz e a estabilidade na Guiné-Bissau com base no direito internacional, na carta das Nações Unidas, do tratado da CEDEAO e no protocolo sobre prevenção de conflitos daquela organização.

2.4. A instabilidade política sem a intervenção dos militares 2014-2019

Em 13 de Abril de 2014 foi realizada eleição gerais que deu vitória a José Mário Vaz candidato Presidencial e o seu partido PAIGC nas legislativas. Depois destas eleições, foi a primeira vez que um Presidente de República conseguiu completar o seu mandato de cinco anos sem golpe de estado, mais foi um período de maior crise e instabilidade política na Guiné-Bissau, com nove (9) primeiros-ministros nomeados. Também foi um período com maior divisão entre os políticos, a sociedade civil e a população em geral, onde provocou muita intervenção da comunidade internacional ONU, UA, EU, CEDEAO e Comunidade dos Países da Língua oficial Portuguesa (CPLP). Na Guiné-Bissau, em particular a CEDEAO na qualidade da organização sub-regional, foi delegada a função pelo P5 (ONU, UA, EU, CEDEAO e CPLP), para a resolução da crise na Guiné-Bissau. Desta vez os militares se afastaram das grelhas políticas e ocuparam essencialmente dos assuntos militares submetendo á ordem democrático com apoio da força de ECOMIB.

Desde a independência, nenhum Presidente concluiu o seu mandato na Guiné-Bissau, exceto este último de 2014 a 2019. De 1974 a 2019, o país teve 16 Presidentes da República. De abertura democrática em 1994 a 2019, já passou na Guiné-Bissau 13 Presidente, que da uma média de 1,9 anos por cada um e entre os quais cinco são eleitos democraticamente, quatro são interinos, três são de comando militar e um é de transição, ver quadro A1 em anexo. O país tem vivido com vários golpes (de sucesso, falhados e planos de golpes) como pode-se ver na figura 2.1, em baixo e assassinatos. Por seu turno foram indigitados 26 primeiros ministros desde abertura democrática que dá uma média de 0,9 anos por cada um, são as variáveis que não esta representadas na figura em baixo, mas que são acrescentados a perfil da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau e pode-se vê-la no quadro A1 em anexo.



Fonte: Relatório do FMI nº15/195 agosto 2015

Nota do Gráfico: A pontuação atribuída a cada elemento da instabilidade, é de acordo com a grandeza de cada um. Quanto maior a instabilidade maior é a pontuação (suposta tentativa 1 ponto, golpe mal-sucedidos 3 pontos, golpe de estado e guerra civil 4 pontos) Figura 2.1, 4.2 e 4.4 eixo vertical.

Capítulo III

3. Instabilidade política e a corrupção na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, um dos países mais pobres no mundo, é caracterizado por uma crónica instabilidade política. Golpes de Estado, guerra civil, assassinatos e mudança sucessiva de governo interromperam o mandato de cada Presidente e governo atribuídos pelo povo nas eleições durante vinte e cinco anos da democracia no país, desde 1994 até 2019. A corrupção, a capacidade do governo e a falta de responsabilidade pública são problemas importantes na Guiné-Bissau, agravados pela posição do país como principal centro africano do narcotráfico e as organizações envolvidas no comércio ilícito encontram-se infiltradas a todos os níveis do aparelho estatal (Rahman, K. 2017). A corrupção é vista como sendo generalizada no país, e as elites são visto como estando envolvidas em clientelismo e uso de influência com base em laços étnicos (Kohl 2010; Heritage Foundation 2017). A Guiné-Bissau aparece na posição 172^a do índice de perceção de corrupção ver anexo A3, e com uma pontuação de 16 em 100, *Transparency International* (2018), ficando assim na última posição nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) conforme demonstra a figura 3.1 em baixo. O índice de Perceção da Corrupção, publicado pela Transparência Internacional, mensura os níveis de percepção de corrupção no setor público em 180 países e territórios. Com base em 13 pesquisas de avaliação feitas com empresários e especialistas, as pontuações de índice estão dispostas em uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro). Por outro lado, segundo Banco Mundial (2018), quanto à Transparência, Responsabilidade e Corrupção no setor público, a Guiné-Bissau apresenta o pior desempenho dos países do PALOP, um valor de 1,5 muito abaixo da média dos países da África subsaariana que fazem parte da Associação Internacional de Desenvolvimento (SSA IDA), o braço do Grupo Banco Mundial que fornece crédito para países mais pobres, que é de 2,7.

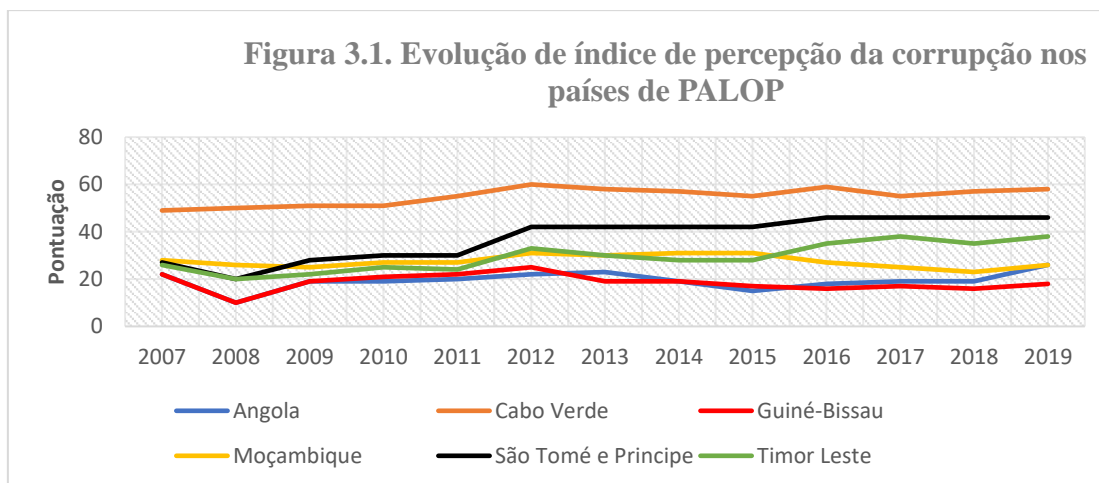
Quadro 3.1. Política do país e avaliação institucional 2018, comparação entre Guiné-Bissau e a Média dos países da África subsaariana que fazem parte da Associação Internacional de Desenvolvimento (SSA IDA)

Indicador	Guiné-Bissau	SSA IDA média
Direito de propriedade e governança baseada em regras	2.0	2.8
Qualidade da Gestão Orçamentária e Financeira	2.0	3.0
Eficiência da Mobilização de Receitas	2.5	3.4
Qualidade da Administração Pública	2.0	2.9
Transparência, responsabilidade e Corrupção no Setor Público	1.5	2.7

Fonte: *World Bank – Country Policy and Institution Assessment* CPIA 2018

Para cada um dos critérios os países são avaliados em uma escala de 1 (baixo) a 6 (alto). As pontuações dependem do nível de desempenho em um determinado ano avaliado em relação aos critérios. As avaliações dependem de políticas e desempenhos reais, em vez de promessas ou intenções. As classificações refletem uma variedade de indicadores, observações e julgamentos originados no Banco Mundial. Vimos que em todos os indicadores a Guiné-Bissau se encontra abaixo da média de SSA IDA.

Enquanto a corrupção estiver amplamente sem controle na Guiné-Bissau, a democracia estará fortemente ameaçada no país. A corrupção corrói a democracia na Guiné-Bissau e produz um círculo vicioso, em que a corrupção compromete as instituições democráticas e tornando-as ineficazes e os valores democráticos fragilizados e, por sua vez estas perdem capacidade de controlar a corrupção no país. *Segundo Delia Ferreira Rubio, Presidente global da Transparência Internacional no relatório da organização em 2018* referia-se que, as pesquisas estabelecem uma ligação clara entre uma democracia saudável e o combate bem-sucedido à corrupção do setor público e que é muito mais provável que a corrupção cresça onde os alicerces democráticos são fracos e, tal como temos visto em Guiné-Bissau, onde políticos antidemocráticos e populistas capturam as instituições democráticas e as usam em seu benefício. Vencer a corrupção na Guiné-Bissau é crucial para uma democracia saudável e o desenvolvimento do país.



Fonte: *Countryeconomy.com*/Transparência Internacional

A figura 3.1 nos demonstra que, nos PALOP, quanto mais alto é nível da corrupção num país, mais baixo é o seu desempenho económico. Cabo Verde, apresenta o mais baixo nível de corrupção entre os países do PALOP, e também é dos mais desenvolvidos com um melhor posicionamento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os países do PALOP, ver o quadro A3 e A4 em anexo. E por outro lado a Guiné-Bissau e Moçambique são os menos desenvolvidos com elevado nível de corrupção. Alto nível de corrupção num país, pode levar a redução do nível de impostos cobrados pelo Estado, trocas internacionais altamente concentradas em um pequeno número de setores, o que reflete no baixo diversidade do setor produtivo e a receita fiscal, grande necessidade de investimento público, do qual o país depende fortemente, política de âncora cambial, a fim de combater a instabilidade da inflação. O caso da Guiné-Bissau, com uma fraca cobrança de imposto e com baixa receita fiscal, o país é muito dependente de ajuda externa e com um fraco investimento público, por outro lado o país não consegue diversidade do setor produtivo e ficou concentrada a sua troca em castanha de caju, que ocupa mais de 95% da exportação do país.

3.1. Tipos de corrupção na Guiné-Bissau

Vários tipos de corrupção estão definidos na literatura. Para o caso específico da Guiné-Bissau, agrupamo-las em dois grandes grupos de acordo com a agrupação feita pelo Rahman, K. (2017), e que são: corrupção pequena e burocrática e corrupção de grande dimensão e impunidade. Todos estes tipos se encaixam na definição global e mais geral de corrupção como o uso indevido de recursos públicos ou poder para fins privados.

3.1.1. Corrupção pequena e burocrática na Guiné-Bissau

A fragilidade do Estado e a pobreza generalizada, juntamente com o baixo desenvolvimento humano, constituem uma condição favorável para a propagação da corrupção pequena e burocrática na Guiné-Bissau. A oferta de presentes ou subornos para garantir contratos e concursos governamentais é uma ocorrência comum no país, além disso o trabalho dos funcionários públicos, na prática, é comprometido por interferências políticas, como a troca frequente do cargo quando entra em função um novo governo. O recrutamento, a nomeação e a transferência dificilmente são baseados em competência e mérito, na Guiné-Bissau, sendo os fatores determinantes a afinidade partidária e parentesco, que é a causa de elevados números de funcionários fantasmas na administração públicos do país. A progressão na carreira depende de afinidade partidária e parentesco, passa a ser oportunidade de enriquecer de forma ilícita. Suborno por parte do cidadão para ter acesso aos serviços básicos como por exemplo na área da saúde ou nos demais serviços da Administração Pública (Rahman, K. 2017). O excesso da burocracia, dificuldade de pagamento dos salários aos funcionários públicos, falta de controlos, rigor, e honestidade na Administração Pública, têm sido as principais causas da ocorrência da corrupção pequena e burocrática na Guiné-Bissau.

3.1.2. Corrupção de grande dimensão e impunidade na Guiné-Bissau

Com a crónica instabilidade política no país a corrupção se instalou ao nível das elites política desde a Presidência da República, Assembleia Nacional Popular, Governo e o poder Judicial o que torna esse combate algo muito difícil de efetuar. Quem devia implementar medidas concretas e eficazes de combate à corrupção, são os que mais promoveram a sua ocorrência. O país passou a conviver com uma corrupção generalizada na administração pública, patrocínio, clientelismo, nepotismo, impunidade, desvios de procedimentos, atribuições de licenças ilegais de exploração de recursos naturais (Madeira, Areia Pesada, Pesca, Petróleo, Rochas Ornamentais, Fosfato etc), e ainda passou a servir de trânsito para tráfico de cocaína da América do Sul para Europa, o que serve para agravar e consolidar práticas corruptas (Rahman, K. 2017). Apesar do país se encontrar na lista dos mais corruptos do mundo, mas, nunca ninguém chegou de ser julgado e condenado pela corrupção. Segundo o relatório dos direitos humanos referente ao ano de 2019 de Departamento de Estado norte-americano, destaca que a lei prever penas de 10 anos de prisão por corrupção, mas as autoridades “não implementaram a lei

efetivamente” e que “funcionários de todos os ramos e níveis do Governo envolveram-se em práticas corruptas e não transparente com impunidade”. “Membros da administração militar e civil alegadamente traficaram drogas e ajudaram, cartéis internacionais de drogas, fornecendo acesso ao país e a sua infraestrutura de transporte. O fracasso em interditar ou investigar suspeitos de tráfico de droga contribui para a perceção de envolvimento militar e do Governo no narcotráfico”. Sublinha o relatório. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) cita a Guiné-Bissau como o único exemplo de um narco-estado no mundo (Smolczyk 2013). Um alto funcionário da sede do UNODC em Viana afirma que “no Afeganistão e na Colômbia, províncias individuais estão nas mãos dos senhores da droga. Na Guiné-Bissau, é o estado inteiro” (Smolczyk 2013). Francisco Benante, que foi Presidente da Assembleia Nacional Popular no país, na qualidade de Alto Inspetor Contra a Corrupção de Escritório Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, é de opinião de que “medidas ousadas” serão necessárias para pôr fim a impunidade de que goza a elite e acrescentou ainda que, o moral da população do “nível” superior para o mais “baixo” é profundamente afetado pela corrupção no país (UNIOGBIS 2016). É necessário um esforço no plano nacional e internacional para combater a corrupção na Guiné-Bissau.

3.2. Sectores afetados pela corrupção na Guiné-Bissau

No nosso estudo, tomamos todo o cuidado para se incluir uma ampla amostra de casos, abrangendo vários sectores em que a corrupção se manifesta no país. Daí que foram considerados os seguintes sectores neste estudo: Finanças Públicas, Serviços Públicos, Poder Judicial, transportes e comunicações, obras públicas, recursos naturais, etc. Ver em detalhes (sector, subsector e descrição) na tabela A2 em anexo.

Capítulo IV

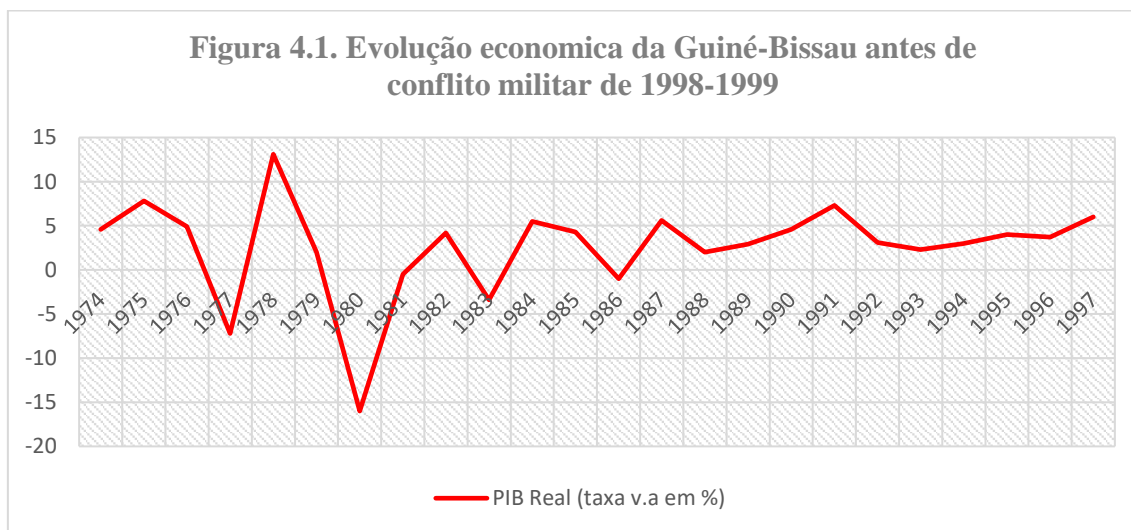
4. Instabilidade política e o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau

4.1. Caracterização da economia guineense

4.1.1. A Evolução económica da Guiné-Bissau antes do conflito militar de 1998

A economia da Guiné-Bissau teve um desempenho satisfatório antes do conflito. Após uma década de política económica controlada pelo Estado, as autoridades embarcaram

em um programa abrangente de reforma em 1987 e acordou uma estrutura aprimorada de três anos, acordo de facilidade de ajuste estrutural (ESAF) com o FMI e o BM em 1995. A ampla liberalização da economia contribuiu para a redução do nível do desequilíbrio macroeconómico. Entre 1996 e 1997, o superávit primário do setor público aumentou de 3 para 5%, e o déficit em conta corrente externa (excluindo transferências oficiais) diminuiu de 18 para 14 por cento (Barry, Gacitua-Mario e Wodon, 2007). A inflação diminuiu de um recorde de 50% no final de 1997 para 8% no início de 1998, devido à restrição da demanda do setor público e à estabilidade recuperada tornando-se membro da União Econômica e Monetária da África Ocidental. O país acelerou com o crescimento real médio do PIB atingindo mais de 5% de 1987 a 1997 ver á figura 4.1, ou consultar quadro A5 em anexo.



Fonte: Countryeconomy.com

4.1.2. A economia guineense durante o conflito militar de 1998

Muitos desses ganhos desapareceram com o conflito de 1998. A perturbação da economia foi significativa, uma vez que o PIB real registou uma forte contração (-28%) em 1998, devido a um forte declínio das atividades produtivas cerca de 17%, grande parte das indústrias parada e os bancos fechados. A repercussão na inflação acabou por ser mitigada em face da suspensão de pagamento da maioria dos salários. O conflito também afetou adversamente as posições fiscais e de balança de pagamentos do país. O déficit externo em conta corrente (excluindo transferências oficiais) permaneceu alto em quase 16% do PIB e os atuais saldos primário do orçamento, passou de um superávit de cerca de 5% do PIB em 1997 para um déficit de cerca de 7% do PIB em 1998 (Barry, Boubacar-Sid e Gacitua-Mario, Estanislao e Wodon, Quentin 2007). Como resultado, o serviço da dívida

interna e externa e os atrasados acumulados atingem quase 15% do PIB (ver a figura 4.2 e 4.3 em baixo).

4.1.3. Economia guineense após conflito militar de 1998

Após a guerra, o PIB anual real cresceu quase 8% entre 1999 e 2000. A Política de estabilização social e a reorganização económica da Guiné-Bissau (vertida num Programa de Reconstrução e Reconciliação Nacional), são os principais vetores condicionantes do desempenho das autoridades locais durante o triénio 1999/2001 tem sido apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) com o objetivo de construir a paz. Segundo relatório de Banco de Portugal sobre Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste setembro de 2000, a evolução económica de 1999 foi igualmente caracterizado pela recuperação dos circuitos formais de atividade que utilizou canais informais durante o conflito. Este efeito acabou por determinar um aumento real do PIB de 8.7% alicerçado ainda na boa recuperação do sector da castanha de cajú, com 64000 toneladas exportadas, um volume nunca atingido e do consumo privado (para nível ainda assim inferior ao de 1997), observou o relatório. O investimento, principalmente público, manteve-se baixo como resultado da inexistência de uma administração com plenos poderes até novembro. O défice da Balança Comercial registou uma redução substancial (chegando apenas a 5.2% do PIB, contra 12.4% no ano anterior), como resultado da mais que duplicação das exportações de cajú. Deste modo, a inflação média anual acabou por verificar um decréscimo para -2,1% final do ano, apoiado na melhoria substancial da oferta de bens alimentares e ficou acordado com o FMI um levantamento dos dados disponível sobre a pobreza no país, com inquérito às famílias, como base para a elaboração do programa no âmbito da Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF), mas, o desempenho macroeconómico se deteriorou novamente de 2001 a 2004 (ver figura 4.2 e 4.3 em baixo).

4.1.4 Deterioração do desempenho macroeconómico após a sua recuperação

O processo de recuperação económica da Guiné-Bissau, iniciado em 1999, sofreu um sério revés em 2001. Segundo relatório de Banco de Portugal sobre Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2002, neste ano, o crescimento do produto, estimado em 0,2% em termos reais, ficou bastante abaixo dos 8.5% inicialmente previstos. A deterioração da conta corrente externa, que se traduziu num agravamento do défice corrente externo atingiu os 37.8 milhões de dólares, o que corresponde a 18.9% do

PIB estimado para aquele período (contra 13.2% em 2000) observou o relatório. A principal causa para a trajetória crescente do défice corrente tem sido a degradação do défice comercial. Apesar do aumento em 2001 de 7.4% nas exportações em volume de castanha de cajú, que represente mais de 95% das exportações guineenses, a descida em cerca de 30% dos seus preços nos mercados internacionais conduziu a uma redução do rendimento associado a exportações deste produto, contribuindo para que as exportações de mercadorias registassem nesse período uma quebra de 24% e conseqüentemente num aumento de défice comercial. O setor primário que representava cerca de 55% do PIB, registou em 2001 um aumento real de apenas 1.5%, (contra 4% em 2000) condicionado pela queda de 15% na produção de arroz. A taxa de inflação média anual atingiu os 3.3% em 2001 (contra 8.6% em 2000), beneficiando do menor poder de compra da população (associado à quebra de rendimento do setor da castanha de cajú e dos atrasos na disponibilização de transferências externas) e na redução dos preços de algumas importações. A dívida externa acumulada em 2001, em termos nominais, atingiu os 986.4 milhões de dólares, o que corresponde a cerca de 492% do PIB. Na esfera orçamental, o desempenho das autoridades continuou a ficar bastante aquém das expectativas. As metas e os critérios estipulados no programa no âmbito da Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) acordado com o FMI para dezembro de 2001 não foram cumpridas, o que provocou uma perda considerável ao nível de financiamento em março de 2002, centrou-se na necessidade urgente de estabelecer um programa sustentável para as finanças públicas. A situação económica da Guiné-Bissau continua sujeita a um risco considerável, dada a sua vulnerabilidade externa e dependência de assistência externa. Neste contexto, torna-se vital para o país conseguir respeitar os critérios e metas do programa no âmbito da PRGF, de forma a voltar a beneficiar de programas de ajuda externa. No entanto, existem alguns obstáculos a ultrapassar na economia, nomeadamente a falta de estabilidade política. Em 2002, o governo já viu dois orçamentos rejeitados pela Assembleia Nacional Popular, que, entretanto, convocou um debate nacional sobre o impasse político e económico em que o país se encontra.

Durante o ano de 2003, a economia da Guiné-Bissau foi marcada pela instabilidade política, com reflexos transversais à atividade económica do país. Um dos principais efeitos desta situação relaciona-se com o aumento do setor informal, retirando do circuito estatístico fluxos económicos importantes. Os dados disponíveis apontam para que o crescimento económico tenha denotado uma quase estagnação em termos reais, com uma taxa de crescimento do PIB de apenas 0.6%, num ano marcado por uma descida do nível

de preços (que atingiu -3,5% principalmente como reflexo de redução dos preços dos bens alimentares), acabou por se traduzir numa contração nominal do produto. As últimas estimativas apontam para que o grande responsável pela existência de crescimento económico real positivo tenha sido o setor agrícola, tendo a produção real de caju aumentado 1.5% em 2003 (após a quebra de 4.1% em 2002). As estatísticas disponíveis retratam apenas uma parte dos fluxos económicos do país uma vez que, como resultado da guerra civil e da contínua instabilidade, o setor informal terá crescido substancialmente.

Em 2004, o PIB terá crescido 2.2% em termos reais, refletindo sobretudo a regularização do pagamento dos salários públicos com apoio da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e algum incremento no sector “comércio, restaurantes e hotéis”. Ao estar integrado na UEMOA, a inflação na Guiné-Bissau reflete principalmente as condições da união, as quais, conjuntamente com a inexistência de pressões por parte da procura interna, determinaram a manutenção no crescimento dos preços a níveis baixos ao longo de 2004 (2.9% em termos homólogos e 0.9% em termos médios). Segundo o relatório de Banco de Portugal sobre a Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2006/2007, o cenário macroeconómico da Guiné-Bissau no final de 2006 traduz-se nas dificuldades que o país enfrentou ao longo do ano. As contas externas foram igualmente afetadas pelos problemas do setor da castanha de caju, principal produto de exportação, com as exportações de mercadorias a revelarem uma redução face a 2005 e, refletindo também o aumento das importações, a determinarem a deterioração dos saldos da balança comercial (para -19,3% do PIB) e, como consequência, da balança corrente (para -10,9% do PIB, face a -5,9% em 2005, acabando por induzir o abrandamento do crescimento económico para 1,8% face a 3,5% em 2005. A integração na UEMOA e a inexistência de pressões significativas da procura interna têm ajudado a manter a inflação a nível baixo (ver a figura 4.2 e 4.3 em baixo).

4.1.5. Nova dinâmica de crescimento na economia guineense.

Após um longo período de recessão no início de 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entrou numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Segundo FMI, no seu Segundo Documento da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (DENARP II) junho 2011, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infraestruturas económicas básicas, incluindo energia e transporte, o impacto das crises económicas internacionais e petróleo), a taxa

média de crescimento real entre 2008 e 2009 foi de 3,1%, uma melhoria acentuada em relação a 2006 e aos resultados de 2007 (1,2%), mas ainda abaixo da meta de 5% estabelecida pelo Primeiro Documento da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (DENARP I). Em 2010 esta taxa atingiu 3,5%. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura (6,3% em 2009), com uma influência notória da fileira de caju. Embora o preço de exportação de castanha de caju tivesse uma contração de quase 30% em 2009, o impacto nas receitas de exportação foi compensado por um aumento importante no volume de exportações.

Com uma estabilização macroeconómica e a melhoria na gestão das finanças públicas, o défice orçamental entre 2005 e 2007, que representava, em média, mais de 10% do PIB foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, graças a uma maior mobilização de receitas internas e controlo das despesas, incluindo os salários dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das despesas públicas (FMI, DENARP II, junho 2011). Com o apoio dos parceiros, o Governo relançou o investimento público e o pagamento dos atrasados ao setor privado, também houve uma melhoria significativa na oferta dos serviços públicos, nomeadamente nos domínios da educação e saúde.

No entanto, devido aos constrangimentos e dificuldades ligados a disponibilidade de financiamento, a instabilidade política e institucional e as capacidades institucionais e humanas do país na implementação dos projetos de desenvolvimento dentro dos prazos previstos, os resultados permanecem abaixo dos objetivos visados. Consequentemente, o nível da pobreza continua bastante elevado no país (69.3% em 2010, contra uma estimativa de 64.7% em 2002), o que contribuiu, de facto, a reduzir as oportunidades do país em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no horizonte 2015 (FMI, DENARP II junho 2011). Com base nas lições aprendidas desta experiência, o Governo elaborou o segundo DENARP, que irá cobrir um período de cinco anos (2011-2015). Inscreve-se na dinâmica da consolidação dos ganhos conseguidos com a implementação do DENARP I, a nova estratégia será orientada para a consolidação da paz e do Estado de Direito, aceleração do crescimento económico durável e desenvolvimento dos recursos humanos, através da realização dos ODM. Uma atenção particular será consagrada à criação de bases para um crescimento económico forte e durável, condição determinante para a redução significativa e durável da pobreza.

De um ponto de vista económico o ano de 2011 tinha sido especialmente propício, pois a conjugação de um bom nível de produção de castanha de caju com um elevado preço de venda deste produto, tinha dado origem a um substancial crescimento das exportações,

principal fator justificativo da elevada variação do produto, que assim apresentou a taxa de crescimento de 8,1%, a mais alta de última década. Os saldos das balanças comercial e corrente da Guiné-Bissau melhoraram sensivelmente em 2011, tendo-se aproximado de uma situação de equilíbrio (-1.2 e -1.6%, respetivamente), fruto do substancial aumento das exportações de castanha de caju, as quais registaram um aumento de 100% e correspondem a mais de 95% das exportações totais (ver a figura 4.2 e 4.3 em baixo).

4.1.6. Novo recuo na dinâmica de crescimento na economia guineense em 2012

O ano de 2012 ficou marcado na Guiné-Bissau pelas perturbações políticas ocorridos em 12 de abril que vieram interromper um período de alguma estabilidade que se tinha observado nos anos anteriores. O golpe militar levou à interrupção das exportações de caju e a suspensão da assistência dos doadores tradicionais foi apenas parcialmente contrabalançada por um reforço do apoio orçamental por parte da organização sub-regional. A consequência foi que a economia registou uma contração de 1,7% em 2012. Com a escassez de produtos alimentares e de combustíveis, elevou pressões sobre os preços, mas o impacto na inflação foi moderado devido à baixa procura interna e foi cerca de 1.7% no final de 2012. O défice da conta corrente (incluindo transferências) deteriorou-se para 6,5% do PIB, refletindo igualmente a queda dos preços de exportação de caju (ver a figura 4.2 e 4.3 em baixo).

4.1.7. Um olhar de esperança no crescimento económico guineense a partir do ano 2014

O ano de 2014 na Guiné-Bissau, ficou marcado pela realização de eleições legislativas e presidenciais em abril e março, das quais resultou a tomada de posse de um governo com amplo apoio interno, evidenciado pela aprovação por unanimidade no parlamento do plano estratégico 2014-2018 e dos orçamentos de estado para 2014 e 2015. A normalidade da situação política contribuiu de modo determinante para a melhoria das situações económicas, que se haviam deteriorado significativamente nos últimos dois anos, permitindo a obtenção de financiamento junto do FMI, ao abrigo de *Rapid credit facility* celebrado em novembro, que permite suprir a necessidade de recursos para o resto de ano. Este apoio de FMI serviu ainda de catalisador à retoma de ajuda dos parceiros de desenvolvimento, suspenso no período que antecedeu as novas eleições. O pouco dinamismo da procura interna na primeira metade de 2014 e a redução dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis contribuíram para a manutenção da tendência de

descida generalizada dos preços que já se verificava desde meados de 2011. Assim, a taxa de inflação homóloga situou-se em dezembro em 0,1 por cento, o mesmo valor que havia apresentado em igual mês de 2013. Já a taxa de inflação média foi de -1% em 2014, 1,7 ponto percentuais abaixo do registado em 2013.

O renovado empenho do executivo guineense na prossecução de um ambicioso programa de reformas que visa recolocar o país no caminho do desenvolvimento, interrompido nos dois anos anteriores, foi merecedor de reconhecimento internacional, evidenciando no sucesso da conferência promovido em Bruxelas a 25 de março de 2015. Nessa data, os parceiros de desenvolvimento comprometeram-se a financiar em USD 1,5 mil milhões o programa que as autoridades nacionais pretendem implementar no decorrer da próxima década (programa Terre Ranca! Um novo começo). Com bom sucesso do governo em 2015, a economia cresceu 6.1%. O desempenho deve-se a uma boa colheita de caju, o aumento da oferta de água e luz, e também, deve-se a uma tranquilidade que o país viveu no momento com um governo de inclusão de todos os partidos com assento parlamentar e individualidades de sociedade civil. O ano de 2016, foi marcada por uma forte insegurança política herdada de 2015. O país conheceu quatro governos. Este clima de incerteza tem atenuado o impulso positivo gerado pela mesa redonda de parceiros internacionais realizados em Bruxelas em março de 2015 e diminuído o ritmo da execução das reformas, particularmente na área das finanças públicas. Tal clima não foi igualmente propício para atrair o setor privado e o compromisso pleno dos parceiros.

A economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores com destino ao país. O crescimento económico atingiu 5,9% em 2017, um pouco superior ao anteriormente previsto e mantendo, em geral, o ritmo verificado desde 2015, como reflexo em grande medida aos preços internacionais elevados do caju. Enquanto a inflação permaneceu moderada em 1,1%, as exportações beneficiaram de preços do caju mais elevados e as importações aumentaram ainda mais rapidamente devido, sobretudo, a uma duplicação das aquisições de materiais de construção. O saldo da balança corrente passou de um excedente de 1,3% do PIB em 2016 para um défice estimado de 0,5% em 2017, com uma menor receita das licenças de pesca devido principalmente às negociações ainda inconclusivas com a União Europeia. Contudo, a atividade económica abrandou em 2018, o que se explica principalmente pela queda da produção do caju causada pelas condições climáticas desfavoráveis e declínio dos preços do caju no mercado internacional, tendo provocado a desaceleração do

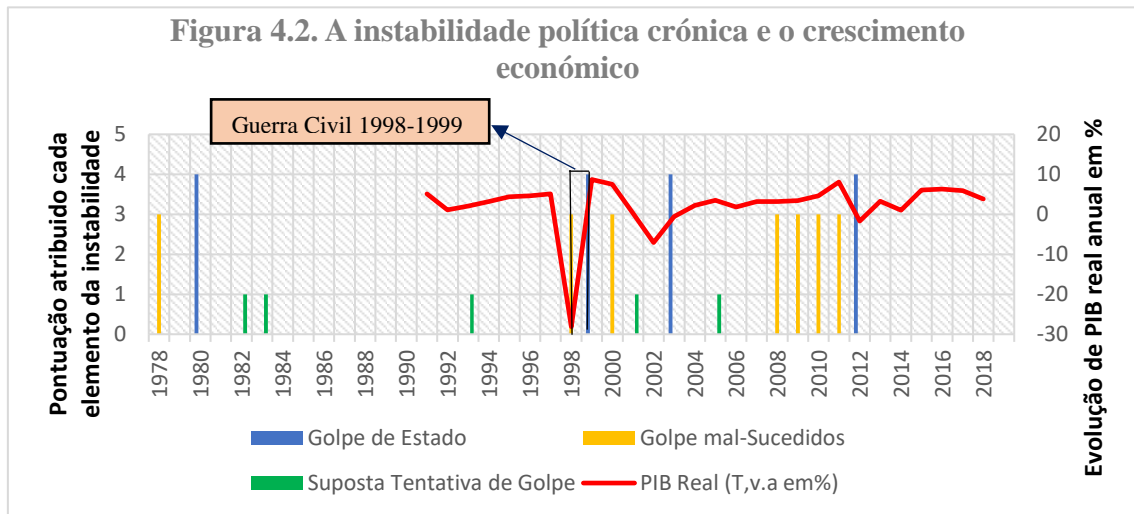
crescimento económico, contrariando o bom desempenho dos últimos anos. O crescimento do PIB se reduziu para 3,8%, ficando aquém do previsto (5,3%), por oposição a taxas de crescimento anuais de cerca de 6%, entre 2015 e 2017. A inflação caiu para 0,4% em dezembro, continuando a sua trajetória decrescente que predominou desde meados de 2016, embora ligeiramente contrariada em 2017. A balança comercial deteriorou-se em 2018, com um défice de 5,6% do PIB, é provocado pela diminuição do preço internacional da castanha de caju e a queda na produção implicaram uma redução de 25% do valor das exportações deste bem e o saldo da balança global, apesar de ter diminuído, manteve-se positivo (1% do PIB). Para o ano 2019 o FMI prevê crescimento de 5% da economia guineense (ver a figura 4.2 e 4.3, e quadro A6 anexo).

Pode-se ver que, a economia Guineense continua a apresentar, à semelhança de outras economias da África Subsariana, uma dependência especial face a procura, preço de Castanha de Caju, a estabilidade política e de apoio internacional (ver quadro A7 no anexo que apresenta matriz da caracterização da economia guineense).

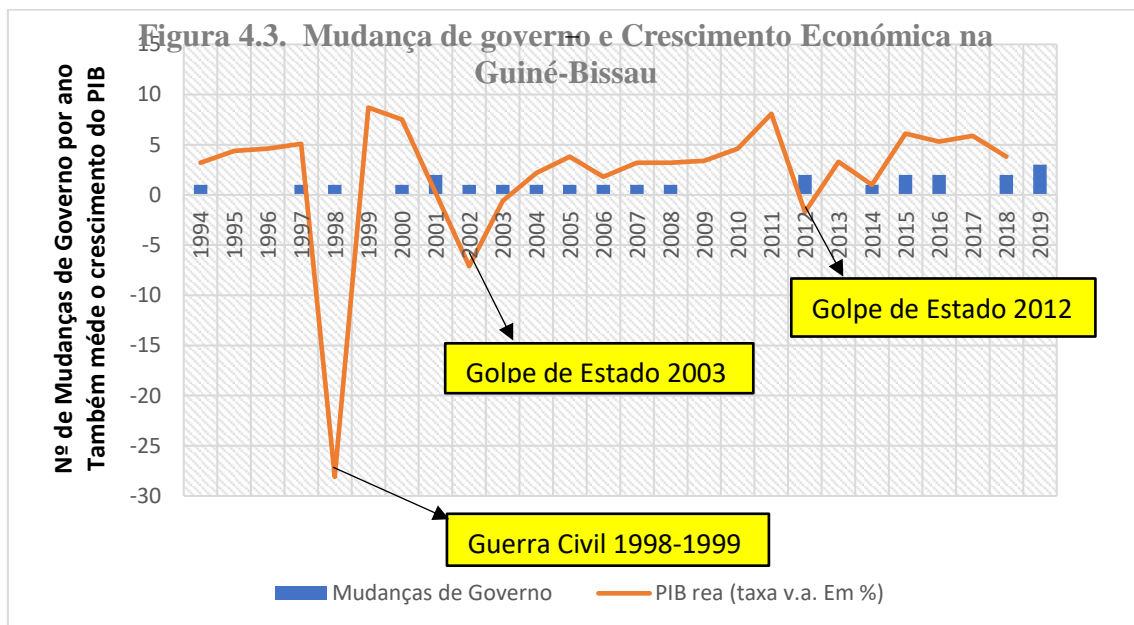
O ano de 2001 e as perspetivas de evolução para 2002, demonstra esse facto pelo impacto que a queda acentuada do preço de castanha de caju no mercado internacional teve no crescimento económico. Por outro lado, o ano 1998 e 2012 demonstra o peso da instabilidade política no crescimento económico do país. De acordo com FMI e BM, as perspetivas de crescimento económico para os próximos anos apontam para (crescimento moderado), atingindo 5.2% em 2020. Quanto a inflação prevê-se um aumento ligeiro, tendo em conta a subida dos preços mundiais do petróleo e a crescente procura interna. Todavia, deverá também continuar abaixo de 3% a médio prazo.

No entanto, as previsões de crescimento da economia Guineense apresentam um conjunto de incógnitas, sobretudo tendo em consideração a imprevisível instabilidade político-militar no país e também de evolução do preço de castanha de caju no mercado

internacional, assim como a pandemia de Covid-19.



Fonte: Relatório de FMI nº 15/195 agosto de 2015/Evolução de Economia dos PALOP e de Timor-Leste (1990-2000), (2006-2007), (2012) e (2017-2018).



Fonte: Banco de Portugal (PIB real taxa de variação anual em %)

Nota do Gráfico: O gráfico tem duas escalas: Para o PIB real t.v.a. é em % e para mudança de governo é número de vezes de mudança de governo por ano e que cada mudança de governo num ano corresponde 1 ponto.

A figura 4.3. demonstra a relação entre a instabilidade política com a incidência na guerra civil, golpe de estado e mudança de governo com o crescimento económico na Guiné-

Bissau. Pode-se ver que o crescimento económico da Guiné-Bissau esta muito afetado pela instabilidade política e nos períodos de maior instabilidade política menor é o crescimento económico do que contrario.

A Guiné-Bissau apresenta três incidências maiores de instabilidade política, e podemos ver que a instabilidade política com a incidência numa guerra civil tem maior impacto negativo no crescimento económico do país, no ano 1998 a 1999 deu-se uma guerra civil na Guiné-Bissau, levando o valor do crescimento económico a maior queda verificado na economia guineense de -28,1% do PIB. Por outro lado, pode-se ver que, a instabilidade política com a incidência nos golpes de estado apresenta a segunda maior queda no crescimento económico do país, -16% do PIB, quando de golpe de estado 1980, ver a figura 1.4, e também, para o golpe de estado de 2003 e 2012 na figura 2.4, já com menor impacto, mas com valor negativo de -0,6 e -1,7% do PIB respetivamente. Por último, a instabilidade política com a incidência na mudança de governo também, tem um efeito negativo no crescimento económica da Guiné-Bissau em 2002 com um valor de -7,1% do PIB ver a figura 4.3. Pode-se ver também na mesma figura que, o período de menores mudanças de governo em 1994 a 1997, período de 1999 e de 2009 a 2011, são períodos que, praticamente não são efetuadas mudanças de governo e em consequência são os períodos de maiores crescimentos económico na Guiné-Bissau, com mais altas variações positivas no crescimento económico do país. De forma similar o período de 2001 a 2008 que envolve muitas mudanças de governo e um golpe de estado é caracterizado por um baixo nível de crescimento económico ver a figura 4.3.

4.2. Canais de transmissão da instabilidade política ao crescimento económico na Guiné-Bissau

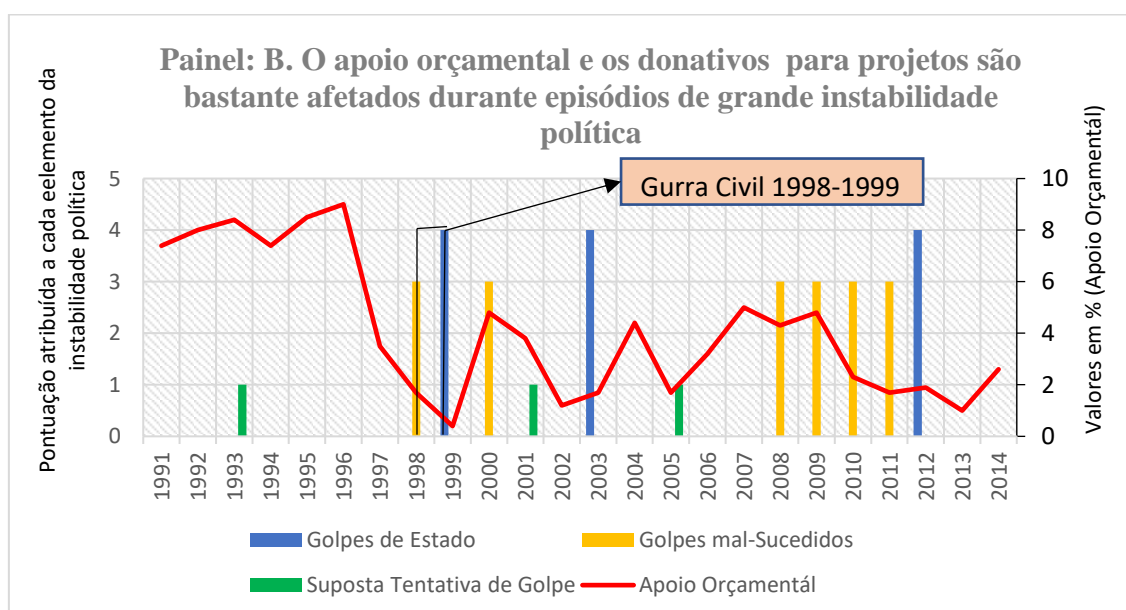
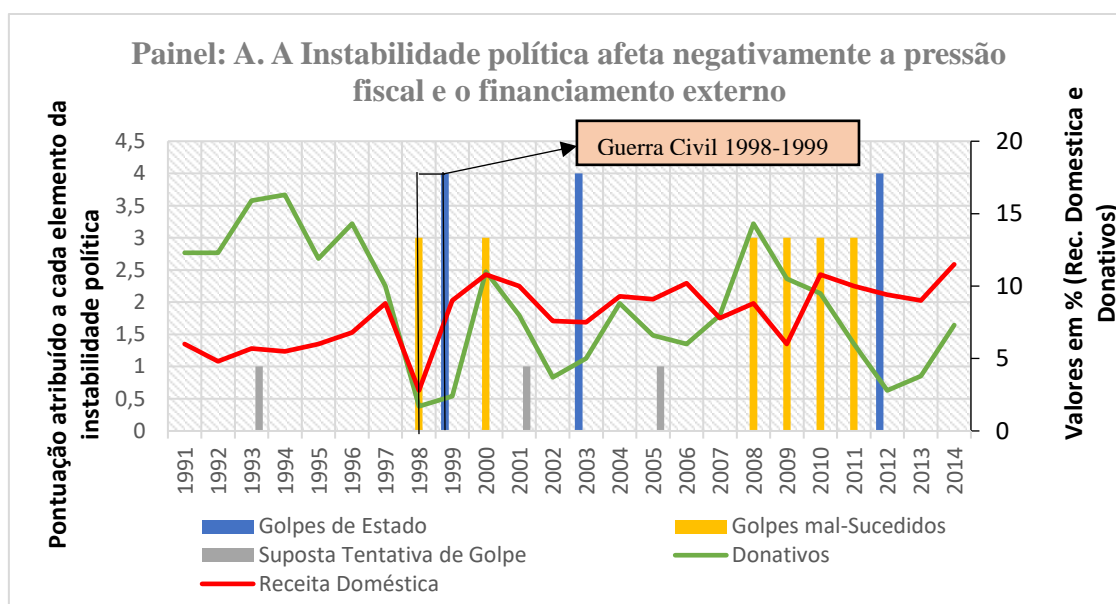
A crónica instabilidade política prejudica o crescimento económico da Guiné-Bissau de várias formas, mas a sua quantificação é um desafio. Alguns canais, pela sua própria natureza, são dificilmente de mensurar, tais como os recursos desperdiçados devido a corrupção e rendimentos ilícitos, ou a ineficiência provocada por decisões não ótimas decorrentes da má governação (FMI 2015), descontinuidade de políticas económicas ou de desenvolvimentos, exoneração descontrolada na função pública, nomeações de pessoas sem nível académicos, recrutamento de pessoas sem concurso público, constantes greves na função pública, violência, agitação civil constituem poderoso entraves ao desenvolvimento, dado que o progresso social depende do desempenho económico, é de esperar valores muito baixo do crescimento do PIB per capita na Guiné-Bissau.

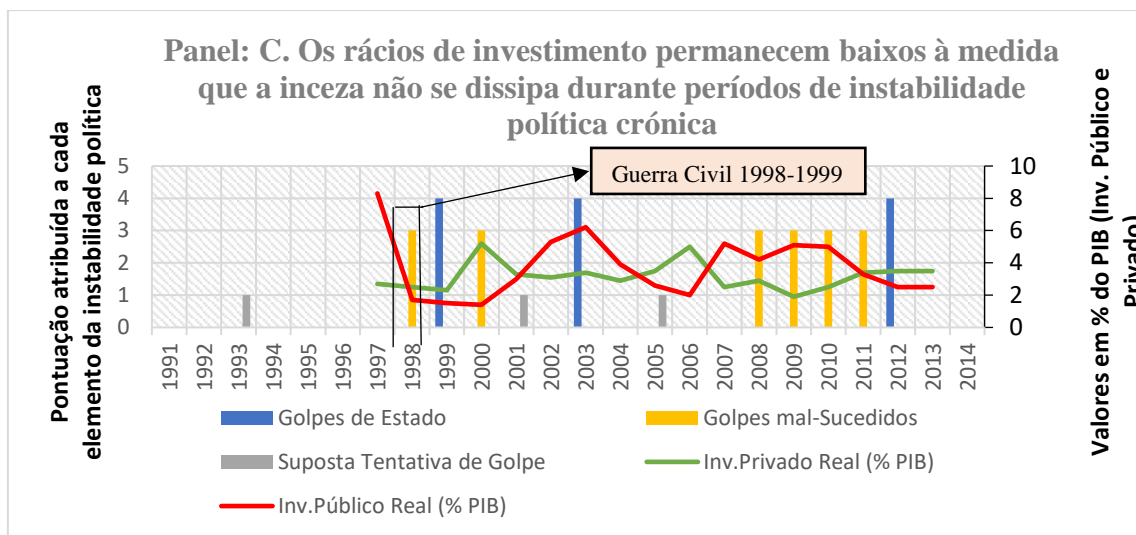
A instabilidade política afeta adversamente a produtividade na Guiné-Bissau. Com alto nível de incerteza sobre o futuro, leva uma alocação de recursos menos eficiente. Além disso, reduz os esforços de pesquisa e desenvolvimento de empresas e governos, levando a lentidão no progresso tecnológico. Outro fator que interfere no normal funcionamento do mercado na Guiné-Bissau é a violência, agitação civil e greves constantes na função pública, reduzindo assim horas de trabalhadas e até à destruição de alguma capacidade produtiva instalada. Assim podemos ver que a maior instabilidade política está associada com menor crescimento da produtividade na Guiné-Bissau. Finalmente a produção de capital humano é também afetado pela instabilidade política no país, a incerteza sobre o futuro e constantes greves no setor educativo leva os guineenses a investir menos na educação ou até abandono escolar, como é o caso no país. Outra questão é que a instabilidade política tem impedido constantemente a reforma no país, segundo relatório de FMI nº 15/195 divulgado em agosto de 2015 demonstrou que Russell e Calvet (2014) no seu relatório sobre reformas estruturais nas alfândegas, advertem: “Esta missão não pode observar quaisquer progressos na resolução de problemas recorrentes identificados desde 2012, o ano do último golpe de estado no país”. Os efeitos sobre o crescimento da não implementação de reformas são difíceis de se medir apesar da sua grande importância para o desenvolvimento económico. Por outro lado, outros canais são mais fáceis de captar.

Financiamento e investimento são dois importantes canais de transmissão da instabilidade política ao crescimento económico. Em períodos de grande instabilidade política, as receitas internas e os donativos diminuem na Guiné-Bissau. A instabilidade política afeta negativamente a pressão fiscal e o financiamento externo no país e por outro lado o apoio orçamental e os donativos para projetos são bastante afetados durante episódio de grande instabilidade política, como podemos verificar na figura 4.4, painéis A e B (FMI, 2015). Em consequência, reduz-se ainda mais a já limitada capacidade do governo de gastar e investir e consequentemente, os rácios de investimento permanecem baixos à medida que a incerteza não se dissipa durante períodos de crónica instabilidade política como se vê no painel C (FMI, 2015). A diminuição do investimento público é particularmente acentuada nos dois anos da guerra civil 1998-1999 e no ano após guerra civil 2000. Além disso, depois de um período de recuperação, o investimento público diminuiu fortemente nos três anos após o golpe de estado de 2003. Depois deste período o investimento público voltou a crescer de novo, mas, que não demorou para ver de novo uma alta instabilidade

no país que provocou a sua diminuição de novo durante o turbulento período de 2008-2013. O investimento privado sem grande flutuação quanto a do investimento público é de salientar que o seu nível permaneceu baixo ao longo do período de análise, refletindo a incerteza endémica que os empreendedores enfrentam na Guiné-Bissau. Segundo Geraldo Martins, o nosso entrevistado que foi Ministro de Economias e Finanças por duas vezes e Ministro de Educação no país, um alto executivo no Banco Mundial (2004-2014) afirmou que “as frequentes mudanças de governo afetaram o investimento, interno e externo e, agenda de reformas”. Para ele o investimento externo está associado, em parte, ao ambiente de negócios do país.

Figura 4.4. Canais de transmissão da instabilidade política (Painel A, B e C)





Fonte: Relatório de FMI nº15/195 agosto 2015 (Painel: A, B e C)

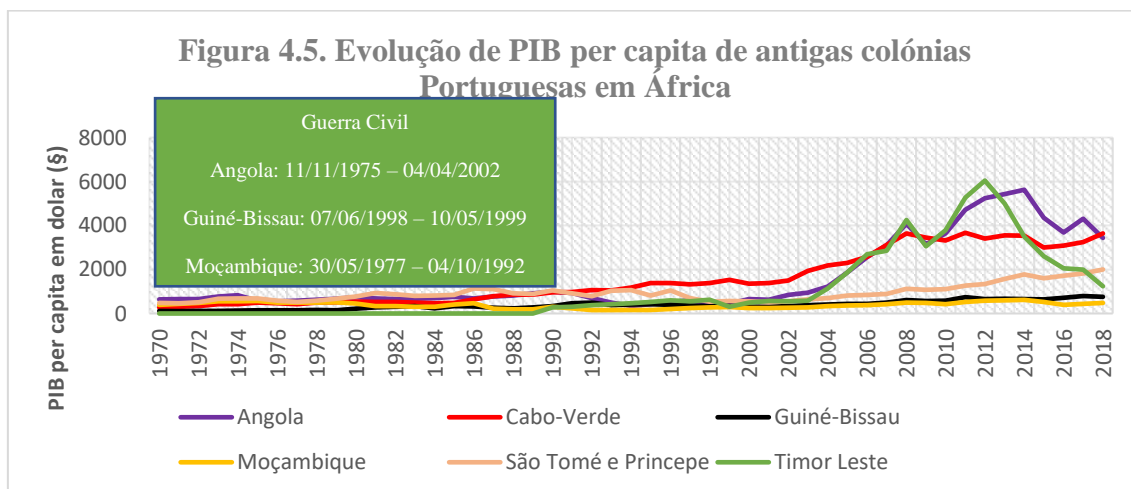
4.3. A comparação do desempenho económico da Guiné-Bissau ao das antigas colónias portuguesas na África

Esta comparação podia ser feita, com os países que fazem fronteira com a Guiné-Bissau e compartilham a mesma comunidade CEDEAO e a mesma união económica e monetária UEMOA, mas tendo em conta a própria história e características destes países, não seria justo a comparação numa avaliação qualitativa, porque são países que vêm de um longo período de estabilidade, com a independência sem um processo de luta armada e um Estado construído muito antes da independência da Guiné-Bissau é por isso que achamos melhor compará-la com os países que gozão da mesma características com a Guiné Bissau (independência no mesmo período, processo de guerra civil, instabilidade política, etc), e são do mesmo colonizador entre outros.

O desenvolvimento da Guiné-Bissau poderia estar na mesma direção das outras antigas colónias portuguesas Africanas. Embora cada país tenha a sua própria história e características, essas diferenças podem aprimorar esta avaliação qualitativa, e importa salientar que a Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa na África a conquistar a sua independência. Era de esperar que isso tivesse tido efeito positivo no crescimento económico. A Guiné-Bissau passou por uma guerra civil que durou onze meses, ao passo que Angola e Moçambique viveram guerras civis muito mais longas e destrutivas. Além do mais, ao contrário da Guiné-Bissau e Moçambique, depois de a guerra terminar em Angola, esse país começou a crescer rapidamente, recuperando-se relativamente aos seus pares. A Guiné-Bissau e Moçambique depois do final da guerra civil, o crescimento, que já era fraco antes da guerra, deteriorou-se ainda mais e continuaram numa instabilidade

política, mas, com mais frequência na Guiné-Bissau. Embora São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste não tenham tido guerra civis, o que naturalmente ajudou no seu desenvolvimento, como pode-se ver na figura 4.5 em baixo ou o quadro A4 em anexo. Nesta figura pode-se ver que a Guiné-Bissau, está ligeiramente em vantagem em termos de PIB per capita e em termos de alguns indicadores sociais como IDH em relação ao Moçambique. A situação social continua precária entre os dois países. Com um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH): 0,461 para Guiné-Bissau e 0,446 para Moçambique, os dois países ocuparam as posições 178^a e 180^a respetivamente, num total de 185 países avaliados (*Human Development Report 2019*). Entre 2010 e 2018, os dois países registaram um crescimento médio anual do IDH, 1,01 para Guiné-Bissau e 1,51 para Moçambique, contra 1,03 para a África subsariana e 0,88 para os países com IDH muito baixo. Alguns fatores contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau: a pobreza generalizada, com um rendimento monetário muito baixo, em razão da falta de oportunidade de trabalho, e a esperança de vida (57,67 anos) afetada por dificuldade de acesso a serviço de educação e saúde de qualidade.

A Guiné-Bissau tem estado presa numa instabilidade política crónica, que tem sido entrave importante ao seu desenvolvimento. O PIB per capita da Guiné-Bissau tem estado relativamente estagnado há mais de duas décadas. De 1995 a 2014, o PIB real cresceu, em média, 2,3% ao ano, conduzindo o PIB real per capita do país um nível baixo em 2014 (FMI, 2015). Não deve causar surpresa o fato que países comparáveis estejam deixando a Guiné-Bissau cada vez mais para trás, mas esta tem uma ligeira vantagem em relação ao Moçambique, que se encontra no fim da classificação.



Fonte: Countryeconomy.com

Capítulo V

5. Impacto da instabilidade política na Guiné-Bissau

5.1. Instabilidade política e crédito bancário na Guiné-Bissau

5.1.1. Sistema bancário guineense: situação recente

O sistema bancário da Guiné-Bissau, a partir de 2016, passa a ser constituído por cinco bancos, Banco da África Ocidental (BAO), Banco da União (BDU), Ecobank, Orabank e Banco Atlântico, todos de propriedade estrangeira, embora o maior (BAO) tenha acionistas minoritários locais (FMI,2017). O seu ativo representa quase 32% do PIB da Guiné-Bissau (FMI, 2015). No âmbito do crédito a empresas, os bancos financiam principalmente o setor comercial, em particular exportadores de caju importadores de combustível e alimentos, e principalmente no caso de curto prazo de vencimento. O sistema bancário guineense está sob a regulação de duas entidades: Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e a comissão Bancária da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). Segundo Aliu Soares Cassamá, chefe de serviço do Risco Operacional de banco Orabank, num artigo publicado em conosaba.blogspot.com 24/01/2020 sobre Desafios da Banca Guineense, o setor bancário tem um papel importante na economia guineense, e que “o peso dos seus ativos no PIB nacional situa-se abaixo da média da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA)”. Ele acrescentou que, a taxa de financiamento à economia nacional (crédito ao setor privado/PIB) permanece fraco, abaixo dos 15% em 2019 em contraponto com a média da UEMOA que é de 30%, com o crédito a totalizar cerca de FCFA 125 mil milhões. Segundo ele, o sistema bancário guineense é o mais pequeno na região da UEMOA, representa apenas 0,8% do total de crédito da região, e em relação à dimensão da economia, ele disse também que se encontra na extremidade pequena. A atividade no mercado interbancário é reduzida, e os mercados financeiros estão subdesenvolvidos. Além disso, o crédito não cresceu visivelmente nos últimos anos. Isso leva-nos a crer que o sistema bancário guineense ainda não cumpre completamente a sua função de suporte ao desenvolvimento económico do país e que deveria rever os seus critérios de análise de risco que estarão porventura desajustados da realidade da sub-região.

5.1.2. Crédito bancário na Guiné-Bissau

Em particular, decisões de investimento de empresas e as falências dependem fortemente da disponibilidade de liquidez interna ou de crédito bancário. Portanto, existe uma relação

estrita entre a atividade real e seu financiamento através de crédito. Um aumento na procura de crédito bancário pelas empresas aumenta a quantidade de recursos líquidos na economia como um todo e, conseqüentemente, a liquidez do setor privado.

A crónica instabilidade política dificultou o sector bancário guineense no financiamento adequado da economia, apesar do crédito ao setor privado ter vindo a crescer nos últimos anos, os bancos não têm ainda uma contribuição significativo no desenvolvimento económico do país, dada a baixa participação do crédito no setor privado do PIB, a tendência positiva no crescimento do crédito interno em termos do PIB de 5,2% em 2005 para 20,3% em 2012. O país estava ainda atrás do Senegal, a segunda economia na UEMOA, que tem 31,2% do crédito interno em percentagem do PIB em 2012, e do Cabo Verde, com um registou de 82,9% (Sucuma, D. B. 2015). Segundo um relatório de FMI nº17/381 dezembro de 2017, os desenvolvimentos de crédito têm sido irregulares na Guiné-Bissau, tanto ao longo do tempo como, recentemente, no âmbito do setor bancário, o golpe de 2012 causou o fim abrupto de um período de rápida expansão de crédito, a par de colheitas fracas e quebra nos preços de caju e resultaram principalmente de créditos que se tornaram malparados (CMP) em 2013-2014 observou o relatório. E, eventualmente, a operação de resgate de 2015 envolveram a compra da carteira de crédito dos operadores económicos nacionais nos dois bancos BAO e BDU, por parte do governo, dos créditos malparados num total de 34,2 mil milhões de FCFA (Franco de Comunidade Financeira) cerca de 5% do PIB, financiado por linhas de crédito a 10 anos com os mesmos bancos numa transação não efetuada em dinheiro e foi uma operação meramente contabilística. Os resgates foram realizados contra as recomendações do FMI e suscitaram preocupações, à medida que a operação de resgate removeu créditos incobráveis dos balanços dos dois bancos e permitiu-lhes libertar as provisões já estabelecidas para os CMP. No final de 2016, o rácio crédito total/PIB foi de 17,2% (FMI, 2017). Em meados de 2016, o governo declarou a nulidade dos resgates, salientando que os contratos não observaram os procedimentos apropriados e que carecem das assinaturas necessárias, isso provocou uma quebra do crédito líquido ligeiramente em termos relativos, totalizando 13,6% do PIB. O efeito da operação de resgate de 2015 no crédito ao setor privado foi anulada e o rácio crédito ao setor privado/PIB é inferior à média dos outros estados frágeis e também inferior à média dos países frágeis da África Subsariana (FMI, 2017).

Como o risco do crédito é elevado no país, os bancos adotaram várias medidas para minimizar elevados CMP. O crédito ao setor empresarial não financeiro foi reduzido para

metade, em termos relativos, em 2014. Os bancos têm evitado as exposições mais arriscadas que muitas empresas representam de acordo com os sistemas de notações da banca. Ao nível regional, foi estabelecido um bureau de informação de crédito (BIC), o qual, ao contrário do registo nacional de crédito, inclui informação negativa sobre os devedores e abrange toda a UEMOA. Outras iniciativas regionais que promovem a estabilização financeira e, por conseguinte, a intermediação, abrangem o estabelecimento de um Fundo de Garantia de Depósitos em 2017 e a introdução de elementos de Basileia II/III que entrou em vigor em janeiro de 2018 (FMI, 2017b).

Como forma de expandir o crédito bancário no país vários bancos têm vindo a abrir agências em áreas rurais para servir a economia local e estarem mais próximos dos produtores de caju. Além disso, em linha com as políticas para promover o crédito ao consumidor e diversificar fora do financiamento comercial, os bancos estão a promover cartões de débito, produtos bancários móveis e crédito hipotecário.

5.1.3. Fatores que condicionam o crescimento do crédito bancário na Guiné-Bissau

Esta análise se baseia no relatório de FMI nº17/381 dezembro de 2017. O desenvolvimento financeiro é muito reduzido na Guiné-Bissau, mesmo tendo em conta os fundamentos relativamente fracos do país. No final de 2016, o rácio crédito total/PIB foi de 17,2%. Ultimamente, o crédito ao setor privado tem diminuído ligeiramente em termos relativos, totalizado 13,6% do PIB em 2016. O setor bancário guineense tem deparado com grandes dificuldades de financiamento a economia, os bancos não conseguem ter ainda uma contribuição significativa no desenvolvimento económico do país, dada a baixa participação do crédito no setor privado do PIB e que pode ser motivada por vários fatores.

5.1.3.1. Instabilidade económica e política

O nível de instabilidade económica na Guiné-Bissau que é influenciado, pela instabilidade política persistente no país. Como o exemplo, temos a situação vivida pela Guiné-Bissau desde a abertura democrata. O país viveu uma crónica instabilidade política que levou a troca de treze Presidentes da República, vinte e seis primeiros ministros, três golpes de sucesso, vários planos de golpes de Estado, golpes denunciados, golpes falhados e assassinatos. O tamanho de incerteza causada por esses fatores é extremamente

prejudicial à disponibilização de capitais para investimento e mesmo à sua procura, pois dificulta a previsão dos agentes económicos dispostos a investir.

5.1.3.2. Poupança na Guiné-Bissau

O baixo nível de poupança na Guiné-Bissau é outro fator que condiciona o crédito no país. O crédito bancário disponível para empréstimo às empresas é diretamente dependente do volume de poupança existente em um país, incluindo o capital vindo do exterior. Tal relação é facilmente verificada em qualquer livro e/ou texto de macroeconomia, em que se coloca uma das identidades básicas no trato das contas nacionais que diz a poupança é igual ao investimento. Como o rendimento das famílias que é gasto em consumo e poupança e a parte da poupança que é direcionado para o investimento. Mas, no caso das famílias guineenses o seu rendimento é muito baixo e dele depende um grande número de agregados que faz de que, este rendimento não chega para os seus consumos e muito menos para poupança. Atualmente com quase mais de 50% das famílias a viver em pobreza extrema com menos de \$1 dólares por dia, não conseguem fazer poupança e gastam os seus rendimentos na sua totalidade em consumo.

5.1.3.3. O Sistema judicial guineense

O nível da justiça guineense também é outro fator condicionante do nível do crédito no país. O custo de acesso a justiça é muito elevado e a realização da justiça é muito morosa, há muitas influências políticas, governamentais e subornos nas decisões dos tribunais. E por outro lado, não há segurança jurídica dos contratos de crédito através da adoção de leis claras e objetivas que propiciem processos de cobrança dos créditos incobráveis, resolução das falências e renegociação mais eficientes e ágeis também, há falta de rigor na execução dos contratos causando uma melhor percepção a respeito da sua aplicabilidade. É importante que se faça a reforma no sistema jurídico guineense, mudar o foco de sua atuação dos provedores de serviços jurídicos para os consumidores destes serviços.

5.1.3.4. O elevado grau de informalidade na economia guineense

Para Elgin & Uras (2013), o setor informal cria dois efeitos no desenvolvimento financeiro. Especificamente, através do aumento da repressão financeira devido à evasão fiscal e por outro lado, facilita a restrição de capacidade no setor financeiro. Por sua vez Berdiev & Saunoris (2016), verificaram que o desenvolvimento financeiro reduz o

tamanho da economia paralela. Além disso, encontraram evidência de casualidade reversa entre essas variáveis; a saber, um choque para ocultar a economia inibe o desenvolvimento financeiro. O elevado grau de informalidade da economia trava o avanço na concessão do crédito bancário na Guiné-Bissau, muitas empresas atuam no setor informal, o que torna difícil de obterem crédito bancário porque raramente possuem registo comercial, contabilidade apropriada e receitas estáveis. A economia informal no país, é constituída por empresas familiares que têm alguma produção ao valor de mercado, mas que não se encontram registado e, em consequência, evitam o cumprimento de regulamentação e o pagamento de imposto. Embora seja difícil medir a incidência da informalidade, as estimativas do FMI (2017a), a Guiné-Bissau está próximo da média da África subsariana de 38% do PIB, a qual, por sua vez, é mais elevado do que na Ásia, Médio Oriente e Norte de África. Segundo o relatório do FMI nº17/381 dezembro de 2017, três dos cinco bancos relataram que não fornecem crédito aos clientes do setor informal, ou apenas o fazer se as empresas formalizam o seu registo primeiro apresentando contabilidade apropriada e outra documentação necessária.

5.1.3.5. Processo de aprovação de empréstimos e termo de empréstimos

Segundo o relatório FMI nº17/381 dezembro de 2017, os representantes do setor privado, incluindo a câmara de comércio, mencionaram o processo de aprovação dos empréstimos e termos dos empréstimos como importantes obstáculos ao aprofundamento financeiro. Segundo o relatório, para eles, tais obstáculos incluem supostamente a relutância dos bancos em determinadas empresas ou setores específicos, a insistência dos bancos na provisão de garantias específicas, vencimentos curtos dos empréstimos bancários concedidos e taxas de juro demasiado elevadas. Rómulo Pires, diretor-geral do Banco da África Ocidental (BAO), o maior banco comercial do país num encontro promovido pela BCEAO com os diretores dos bancos comerciais em Bissau, fez anúncio aos jornalistas 15:55 20/03/2015 Por LUZA, referindo que os bancos “têm custos elevados” com a aquisição e manutenção de equipamento – quase tudo comprado fora do país -, formação e treino do pessoal, segurança e seguros e ainda suporta riscos devido à instabilidade política do país. “Como nós vimos em 2012, começamos a financiar a campanha da castanha do caju e em plena campanha dá-se o golpe de Estado, o que criou no processo e as consequências que todos nós conhecemos”, disse referindo-se ao golpe militar. Recordamos que o golpe de estado de 12 de abril de 2012 causou o fim gigantestico de

um período de rápida expansão de crédito. A colheitas já fracas e quebra nos preços de caju, a crise originou um aumento acentuado dos créditos malparados e, eventualmente, a operação de resgate de 2015.

5.1.3.6. Opção dos bancos por empréstimos de curto prazo não de médio e longo prazo

Os bancos parecem ter um apetite por empréstimos a mais longo prazo, mas citam uma falta de projetos viáveis fora do comércio. Os empréstimos a curto prazo para o comércio de caju e mercadorias importadas, ainda são relativamente numerosos, mas são de flutuações sazonais, enquanto os empréstimos a mais longo prazo são relativamente limitados, supostamente por causa de uma escassez de infraestrutura financiável e projetos industriais, e perspectivas instáveis por causa de uma crónica instabilidade política. Outro motivo é a elevada quota de depósitos à ordem, totalizando mais de 70% do total de depósitos dos clientes. Alguns bancos evitam o crédito a mais longo prazo também por causa das dificuldades na execução das garantias através do sistema judicial. Mas geralmente, a concessão de empréstimos é dificultada pelos limites impostos ao financiamento bancário, visto que não existem poupanças suficientes para suportar empréstimos mais elevados.

5.1.3.7. Inclusão financeira relativamente fraca

A Guiné-Bissau encontra-se entre os estados frágeis com acesso difícil a serviços bancários, em termos do número de agências e caixas automáticos com um baixo nível de bancarização no país. Embora com uma melhoria gradual nos indicadores comuns do acesso financeiro/inclusão financeira (FMI,2016). As agências e os cartões de débito são detidos apenas por uma pequena fração da população, com uma tendência atual de crescimento. Em comparação com alguns dos outros países da África Subariana, os produtos bancários móveis ainda são principiante na Guiné-Bissau, com alguns dos bancos em vias de comercializar tais aplicações.

5.2. A indisciplina financeira

A Indisciplina financeira na execução do Orçamento Geral de Estado (OGE) é facilitada pelo alto nível de instabilidade política e mudanças frequente dos governos, falta da Auditoria e não aplicação das penas legais. Ao longo da história democrática na Guiné-Bissau, a maioria dos governos que passaram não tem nem se quer um OGE aprovado na

ANP e maioria delas trabalharam só com duodécimos, isso provocou quase uma ausência total de controle na função pública e nas instituições estatais, não observância da lei sobre a Administração Financeira. A mudança frequente de governos e as consequentes substituições sem regras do pessoal na administração pública e nas instituições estatais também contribuíram para as dificuldades da disciplina financeira. Para Geraldo Martins, “as frequentes mudanças do governo afetam o investimento, interno e externo e também afetam a agenda de reformas no país”, por outro lado Suande Cassamá é de opinião de que, “a mudança de governos nem sempre constitui a razão de baixo nível do investimento, porque a governação é continuidade”. Além disso, a fraca coordenação e cooperação entre os diferentes departamentos e ministérios que é motivada por cada dirigente respondem ao seu partido desviando fundos e receitas para financiar o partido, agravaram os problemas orçamentais e financeiras do estado.

5.3. Os abusos, as irregularidades e o desrespeito pela lei

Outros fatores que dificultaram uma gestão e administração eficientes e eficaz a todos os níveis do governo e das instituições estatais são os abusos, as irregularidades e o desrespeito pela lei. Várias instituições estatais foram arruinadas, com elevado índice de corrupção, desvio frequente dos fundos públicos, apropriação ilícita dos bens do Estado e outros malversações. O país é considerado um dos mais corruptos do mundo e os transgressores andam impunes por fraco estado da justiça do país. Para Geraldo Martins, este elevado nível de corrupção no país é provocado pela “pobreza, a má governação e sistema judicial ineficiente”. Por seu turno, Suande Camará é de opinião de que “a má distribuição de rendimentos (má governação) e injustiça” estão na origem do elevado índice de corrupção no país.

Formalmente a Constituição garante uma jurisdição independente, mas na prática os juízes muitas vezes não são imparciais, pois são influenciados por subornos, intimidações, afilhações, parentesco e políticas e todo o tipo de interferências externas. A justiça é muito lenta e investigação em caso de corrupção são obstruídas, mas não apenas por falta de meios e de quadros adequadamente formados, mas também a primazia da política e as dependências múltiplas dos juízes e magistrados no ambiente interno de uma sociedade pequena, pobre e corrupta, impediram o estabelecimento de uma jurisdição verdadeiramente eficaz e independente. Para Geraldo Martins, “o sistema judicial guineense é ineficiente e corrupto”, considerou ainda que, “é uma das causas da crónica

instabilidade política na Guiné-Bissau”. Numa sociedade pequena e pobre de grandes sobressaltos ao poder, onde os responsáveis estão interligados por relações pessoais, parentescos e partidárias, abusos de poder dependências e obrigações recíprocas, o Estado não consegue desenvolver uma autoridade forte perante inúmeros interesses particulares. É difícil aplicar regras imparciais, visto que afinidade partidária, parentesco e, os mais poderosos ou simplesmente a corrupção fala mais alto. Com baixo salário na função pública e não pagamento atempado do mesmo, contribui para o aumento da corrupção.

A administração pública está totalmente abafada pelos sucessivos governos irracionalmente através de clientelismo e do nepotismo. Com o fraco sector privado, a Guiné-Bissau, ficou sem a capacidade de criar empregos alternativos para os funcionários supérfluos e o governo passou a ser o maior empregador do país, mas, sem recorrer a via legal, através do concurso público. Os governantes utilizam cargos públicos para distribuir emprego ao seus apoiantes e familiares. Um outro fator é a falta de ética laboral caracterizada pelo incumprimento do horário de trabalho e respetivas tarefas, morosidade, indisciplina, favoritismo no local de trabalho, falta de pontualidade, iniciativa e dinamismo. Sem controlo das faltas (cada um entra quando quiser e sai quando quiser ou até faltas sem justificativos), e mesmo marcando as faltas não é descontado no seu salário, é provavelmente incompatível com qualquer modelo de desenvolvimento económico. As consequências têm sido uma administração ineficiente e investimentos pouco lucrativos.

5.4. Fuga ao fisco e a fraude fiscal

Aumentaram a fuga ao fisco e a fraude fiscal, particularmente no que diz respeito às isenções excessivas concedidas e a prática da subfaturação das mercadorias importadas na alfandega. Frequente falsificação dos documentos de importação, desvio generalizado dos impostos na Direção Geral de Contribuições e Imposto, no Tesouro Público, na camará municipal, na Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB) e em todos serviços de Estado de recolha dos impostos e de taxas, o montante arrecadado é deduzido.

5.5. Fraca diversificação da economia

O caju representa 95% das exportações no país, quer dizer que o projeto de diversificação da produção e exportações agrícola não é realizado. Para Suande Camará a monocultura de caju é uma das causas da extrema pobreza no país. Existe no país muitos sectores potenciais de crescimento, nomeadamente pequenas indústrias incluindo agroindústrias, turismo, produção de arroz e batata, produtos florestais tropicais, especiarias, pesca, entre

outros. Por outro lado, a produção de energia elétrica é reduzida, sendo a taxa de eletrificação muito baixa, sobretudo nas zonas rurais. No meio urbano, o fornecimento da eletricidade é marcado pelos cortes frequentes, e não é acessível a todas as famílias. Estas dificuldades representam um custo elevado para o conjunto da economia da Guiné-Bissau, agravando os custos de produção e o padrão de vida das populações.

Capítulo VI

6. Análise das entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre mês de maio a setembro de 2020, por via e-mail, devido a dificuldade de viajar para Guiné-Bissau por causa da pandemia. Os nossos entrevistados são: Dr. Geraldo Martins e Professor Doutor Suande Camará. Ver curriculum no quadro A8 em perguntas de investigação no anexo. Os entrevistados foram escolhidos com base no conhecimento profundo do desenvolvimento socioeconómico e político da Guiné-Bissau.

Sobre a nossa primeira pergunta de investigação, qual é a causa da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau, houve uma convergência dos nossos entrevistados em como a corrupção generalizada, sobretudo na esfera da justiça e sector de defesa e segurança como uma das causas da crónica instabilidade política no país, algo que esperávamos no início desta dissertação, e outro fator que também, esperávamos é constante desrespeito das leis (Constituição) pela classe política do país, o facto que foi, apontado pelo Geraldo Martins como outra causas. Os nossos entrevistados acrescentaram ainda outros fatores que não esperávamos no nosso estudo. Geraldo Martins, acrescentou que essa instabilidade pode ser causada também, por outros fatores como uma pesada herança militar, na sequência da luta armada de libertação nacional, e a incapacidade do Estado em criar forças armadas verdadeiramente republicanas, a pobreza e o fraco crescimento económico do país. Por seu turno, Suande Camará acrescentou ainda a falta de reforma na administração do estado e na defesa e segurança como outra causa destas crónicas instabilidades no país.

Para a segunda pergunta, se a instabilidade política é um das principais culpados pelo fraco desenvolvimento económico da Guiné-Bissau. Como esperávamos no início desta dissertação que ela será um dos principais culpados, na mesma linha de ideia Geraldo

Martins acha-lhe o principal culpado e de ter sido prejudicado o crescimento económico do país, justificando comparando o crescimento económico da Guiné-Bissau com o de Cabo Verde, que é um país que tomou a sua independência juntamente com a Guiné-Bissau, mas, que tem experimentado pouco a instabilidade política, e vem demonstrando um alto nível de desenvolvimento económico em relação à Guiné-Bissau e outros país da África. Uma visão contrária é de Suande Camará, que achou tanto a instabilidade política assim como o baixo desenvolvimento económico, são ambos consequências de todo o mal gerada ao longo da década de história da Guiné-Bissau, e ainda apontou a má governação, injustiça e fraco desenvolvimento do sector privado, como outros principais culpados.

Na sugestão de como combater a crónica instabilidade política e projetar um alto nível de desenvolvimento económico, os nossos entrevistados foram unânimes em como reduzir ou eliminar as causas da instabilidade política citadas, em relevância edificar a justiça e reformar efetivamente a administração do estado e na defesa e segurança.

Quanto a sucessivas mudanças de governos se é a razão de um baixo nível do investimento na Guiné-Bissau assim, como esperávamos que seja, vem Geraldo Martins na mesma linha de ideia referindo que a mudança de governo afeta o investimento, interno e externo na Guiné-Bissau, explicando que as frequentes mudanças de governo afetam a agenda de reformas e que o investimento externo está associado, em parte, ao ambiente de negócios do país. Uma opinião contrária é de Suande Camará, que demonstrou que nem sempre a mudança de governo constitui a razão de baixo nível do investimento, indo mais longe ainda demonstrando que a governação é continuidade. Sobre como promover um alto nível de investimento na Guiné-Bissau, os nossos entrevistados recomendam a mudança da estratégia de mobilização de fundos, através de nova abordagem que deve arcar fontes alternativas de financiamento.

Sobre a causa da elevada corrupção na Guiné-Bissau e como combatê-la, os nossos entrevistados foram unânimes em apontar a má governação e a fragilidade do sistema judicial, como as principais causas do elevado nível da corrupção no país, assim como esperávamos. Por outro lado Geraldo Martins acrescentou ainda a pobreza extrema como uma destas causas. Na sugestão de como combatê-la, Suande Camará propõe a reforma na administração pública incluindo a esfera de justiça e maior controlo do bem público.

Quanto à causa da extrema pobreza na Guiné-Bissau e como combatê-la, assim como esperávamos e também, que foi constatado pelos nossos entrevistados em unanimidade apontaram a má governação como o principal responsável desta elevada pobreza no país, acrescentando ainda nesta lista o fraco crescimento económico, por Geraldo Martins, e a monocultura de caju para Suande Cassamá como outras causas da pobreza no país. Sobre a sugestão de combate à pobreza Suande Cassamá propõe a diversificação e modernização da produção agrícola no país. (Ver entrevistas 2 e 3 no anexo)

Conclusão

Os incentivos subjacentes aos golpes de Estado, assassinatos, mudanças de Presidentes e governos recorrentes são os piores possíveis em África. Eles refletem uma sociedade na qual a procura implacável pelo poder e por rendimentos a qualquer preço é a norma. Existe um problema claro de seleção adversa. Estas e outras estão na origem da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau.

A crónica instabilidade política tem tido um grande impacto no desenvolvimento económico guineense, levando a estagnação do PIB per capita do país em relação aos outros países que tiveram o mesmo colonizador, provocou ainda um baixo nível de investimento em capital físico e humano, aumento do nível de incerteza, afastamento do investimento e financiamento direto estrangeiro que são dois importantes canais de transmissão da instabilidade política ao crescimento económico na Guiné-Bissau, prejudicando ainda o funcionamento do mercado e orientando os governantes para visões de curto prazo. Para o economista guineense Carlos Lopes, o antigo conselheiro político de Kofi Annan, na ONU e atualmente professor na Universidade Mandel School of Public Governance da África do Sul, numa entrevista ao Público (24/11/2019) “a instabilidade privou a Guiné-Bissau de receitas sustentáveis, atração ao investimento, ajudas prometidas ao programa Terra Ranka”. Por outro lado com a crónica instabilidade política o país passou a ser desgovernado (má governação) e com um nível elevadíssimo da pobreza extrema, que causaram uma corrupção generalizada, levou o país a figurar na lista dos mais corruptos do mundo. O facto que está a impedir a plena afirmação da soberania do país e o seu desenvolvimento e progresso. A crónica instabilidade política, a má governação e a corrupção são obstáculos ao desenvolvimento e a sobrevivência do Estado e das populações guineenses.

Por outro lado, a crónica instabilidade política dificultou o sector bancário guineense no financiamento adequado da economia. As sucessivas crises originaram um aumento acentuado do crédito malparado (CMP) no setor bancário, que por sua vez levou os operadores bancários a tornar mais rígidos as condições de obtenção do financiamento. A medida que levou um baixo nível do financiamento a economia guineense. Por outro lado com a mudança frequente do governo aumenta a indisciplina financeira, desvio de fundos públicos e alto nível da corrupção no poder judicial e na administração pública do país, que ficou totalmente abalofada pelos sucessivos governos irracionalmente através de clientelismo e do nepotismo. O país não consegue diversificar a sua economia e fica dependendo essencialmente da produção de caju que ocupa mais de 95% da sua exportação e sujeito a choque externa.

A Guiné-Bissau tem condições para ser um país viável, e até próspero, se tiver não só estabilidade, mas também boa governação e combate severo a corrupção, através de um sistema judicial eficiente e eficaz, cumprindo assim o programa maior da luta de libertação “desenvolvimento e progresso”, como foi almejado por Amílcar Lopes Cabral e combatentes da liberdade da pátria, tomando como referência a China no início dos anos 1980 à data presente.

Este estudo pode ser continuado e aprofundado no sentido de compreender o impacto da crónica instabilidade política em cada sector de atividade na economia guineense. Por outro lado, tentar compreender qual poderia ser o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau sem a crónica instabilidade política e a corrupção generalizada. Como forma de fornecer aos governantes guineense instrumentos, que lhe permitem compreender a real situação do país e adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau. A principal limitação consiste na falta de dados e na dificuldade causada pela pandemia que impediu a viagem marcada para 28/03/2020, afim, da realização da entrevista na Guiné-Bissau, levou a dificuldade de encontrar os entrevistados inicialmente propostos e a realização da entrevista por via e-mail. Por outro lado, tentamos a entrevista com outras personalidades do país mas, que infelizmente até a data do encerramento da dissertação não enviaram as suas respostas apesar de todas diligencias feitas no sentido de obter resposta das suas partes sem sucesso.

Referências Bibliografia

Abdelkader, H. E. M. (2017). Political Instability and Economic Growth in Egypt. *Review of Middle East Economics and Finance*, 13(2). <https://doi.org/10.1515/rmeef-2017-0019>.

Abu Murad, M. S., & Alshyab, N. (2019). Political instability and its impact on economic growth: the case of Jordan. *International Journal of Development Issues*, 18(3), 366–380. <https://doi.org/10.1108/IJDI-02-2019-0036>.

Aisen, A. (2010). HOW DOES POLITICAL INSTABILITY AFFECT ECONOMIC GROWTH? Banco Central de Chile Documentos de Trabajo Central Bank of Chile Working Papers, N°568 <http://www.bcentral.cl/esp/estpub/estudios/dtbc>. Fsx:(56-2) 6702231, correio eletrónico: bcch@bcentrel.cl.

Alesina, A., Özler, S., Roubini, N., & Swagel, P. (1996). Political Instability and Economic Growth. *Journal of Economic Growth*, 1(2), 189–211. <https://doi.org/10.1007/BF00138862>.

Afonso, Ó., & Aguiar, Á. (2004). Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX. *Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Working Papers, FEP*, (351), 43.

ANEME (2018) *Enquadramento perspectivas de desenvolvimento levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais (abril 2018)*. Aneme@aneme.pt/www.aneme.pt.

Banco de Portugal, 1999/2000. Evolução das Economias dos PALOP – www.bportugal.pt.

Banco de Portugal, 2006/2007. A Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste www.bportugal.pt.

Banco de Portugal, 2011/2012. A Evolução das Economias Dos PALOP e de Timor-Leste www.bportugal.pt.

Banco de Portugal, 2017/2018. A Evolução das Economias Dos PALOP e de Timor-Leste Lisboa, 2018 • www.bportugal.pt.

Bruno, L. (2019). No Title No Title. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(9), 1689–1699. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.

Banco Mundial - Country Policy and Institutional Assessment CPIA (2018): *GUINEA-BISSAU*. 1, www.worldbank.org/africa/CPIA.

Carmignani, F. (2003). Political Instability, Uncertainty and Economics, Università degli Studi Milano-Bicocca and Glasgow University, *Journal of Economic Surveys*, 17(1).

Barry, Gacitua-Mario e Wodon, (2007): *Conflict, Livelihoods and Poverty in Guinea-Bissau: Uma Visão Geral*. (World Bank Working Paper 88, janeiro de 2007): pp. 1-9. Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/11115/>, MPRA Paper No. 11115, posted 19 Oct 2008 07:46 UTC.

Coimbra, C. (agosto de 2018). *Como se Calcula o PIB I*. 1–12. Instituto Nacional de Estatística STATISTICS PORTUGAL, Departamento de Contas Nacionais, www.ine.pt.

Ceyhun Elgin & Burak R. Uras (2013). Is informality a barrier to financial development? *SERIEs* volume 4, pages309–331 Cite this art.

Conosaba do Porto. Aliu Soares Cassamá: Desafios da Banca Guineense <https://conosaba.blogspot.com/2020/01/desafios-da-banca-guineense.html>.

Ceyhun Elgin & Burak R. Uras (2013). Is informality a barrier to financial development? *SERIEs* volume 4, pages309–331 Cite this art.

De Vaal, A., & Ebben, W. (2011). Institutions and the Relation between Corruption and Economic Growth. *Review of Development Economics*, 15(1), 108–123. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2010.00596.x>.

Eldin, H., & Abdelkader, M. (n.d.). POLITICAL INSTABILITY, UNCERTAINTY, DEMOCRACY, AND ECONOMIC GROWTH IN EGYPT Working Paper 953 October 2015.

Fosu, A. K. (2002). Political instability and economic growth: Implications of coup events in Sub-Saharan africa. *American Journal of Economics and Sociology*, 61(1), 329–348. <https://doi.org/10.1111/1536-7150.00162>.

Financial development and the shadow economy: A panel VAR analysis, *Economic Modelling*, Volume 57, September 2016, Pages 197-207.

FMI (dezembro de 2011), *Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)*, International Monetary Fund • Publication Services 700 19th Street, N.W.

FMI, relatório N.º17/380, setembro de 2017 International Monetary Fund □ Publication Services.

FMI, Relatório N.º17/381, dezembro de 2017 International Monetary Fund, Publication Services.

FMI, relatório N.º15/195, agosto de 2015 International Monetary Fund □ Publication Services.

FMI e a promoção da estabilidade econômica mundial. (n.d.). (FMI FACTSHEET agosto de 2012) Departamento de Relações Externas □ Washington, D.C. 20431.

FMI, relatório N.º18/147, junho de 2018 International Monetary Fund □ Publication Services PO Box 92780 □ Washington, D.C. 20090.

Gemmell, N. (2009). Evaluating the Impacts of Human Capital Stocks and Accumulation on Economic Growth: Some New Evidence†. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 58(1), 9–28. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0084.1996.mp58001002.x>.

Heritage Foundation. 2017. *Guinea-Bissau Economy: Population, GDP, Inflation, Business, Trade, FDI, Corruption*. <http://www.heritage.org/index/country/guineabissau>.

INE – Guiné-Bissau (20017), Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

Johnson, T. H. (1984). African Military Coups D'état and Underdevelopment: A Quantitative Historical Analysis. *The Journal of Modern African Studies*, 22(4), 633–666. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00056275>.

Jornadas sobre Corrupção na Guiné-Bissau “Ke Ku Nten ku Curupson?” (n.d.). EU-PANE – PROGRAMA DE APOIO AOS ACTORES NÃO ESTATAIS, NÔ PINTCHA PA DIZINVOLVIMENTU.

Kohl, C. 2010. *National Integration in Guinea-Bissau since Independence*. <https://cea.revues.org/155>.

LUSA, 15:55 - 20/03/2015. Bancos Comerciais da Guiné-Bissau têm 43 milhões de crédito malparado.

Londregan, J. B., & Poole, K. T. (1990). Poverty, the Coup Trap, and the Seizure of Executive Power. *World Politics*, 42(2), 151–183. <https://doi.org/10.2307/2010462>.

Murdoch, J. C., & Sandler, T. (2002). Economic growth, civil wars, and spatial spillovers. *Journal of Conflict Resolution*, 46(1), 91–110. <https://doi.org/10.1177/0022002702046001006>.

Nursalam, 2016, metode penelitian. (2013). No Title No Title. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(9), 1689–1699. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.

Rocha, F., & Giuberti, A. C. (2013). Composição do gasto público e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 25(2), 1–17. Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/6357221.pdf>.

Rahman, K (2017). *GUINÉ-BISSAU: VISÃO GERAL DA CORRUPÇÃO E ANTI-CORRUPÇÃO*. Transparency International, Anti-Corruption Helpdesk.

Smolczyk, A. 2013. *Africa's Cocaine Hub: Guinea-Bissau a 'Drug Trafficker's Dream'*. *Spiegel Online. International*. <http://www.spiegel.de/international/world/violence-plagues-african-hub-of-cocaine-trafficking-a-887306.html>.

Seibert, G. (1998). São Tomé e Príncipe: instabilidade política e crise económica num micro-estado insular.

Secuma, D. B. (2015), O Sistema Bancário da Guiné-Bissau no Contexto da Evolução Macroeconómica do País, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

TRANSPARENCY INTERNACIONAL, Índice de Percepção da Corrupção 2018, CC BY-ND 4.0, Transparency International 2019. ISBN: 978-3-96076-084-9, www.transparency.org , #cpi2018, www.transparency.org/cpi.

UNODC. 2016. *Signatories to the United Nations Convention against Corruption*.
<https://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/signatories.html>.

Valente, A. C., Salavisa, I., & Lagoa, S. (2016). Work-based cognitive skills and economic performance in Europe. *European Journal of Innovation Management*, 19(3), 383–405. <https://doi.org/10.1108/EJIM-07-2014-0073>.

Veiga (2013). “Instituições, Estabilidade Política e Desempenho Económico Implicações para Portugal.” Working Paper Series.
URL: <http://www.eeg.uminho.pt/economia/nipe>.

www.publico.pt 24/11/2019. Carlos Lopes: “A instabilidade privou a Guiné-Bissau de receitas fiscais, atracção de investimento e ajudas prometidas”.

ANEXOS

Quadro A1. Listagem de Presidentes da República e Primeiros Ministros da Guiné-Bissau de 1994-2019

Listagem de Presidentes da República e Primeiros Ministros da Guiné-Bissau Desde Abertura Democrática 1994 até fevereiro de 2020									
Or de m	Presidente Da República	Mandato		Obs	Or de m	Primeiro Ministro	Mandato		Obs
		Início	Fim				Início	Fim	
01	João Bernaldo Vieira	29/09/1994	07/05/1999	Presidente eleito	01	Carlos Correia	27/12/1991	26/10/1994	
					02	Manuel Saturnino da Costa	26/10/1994	06/06/1997	
					03	Carlos Correia	06/06/1997	03/12/1998	
02	Ansumane Mané	07/05/1999	14/05/1999	Comandant e da junta militar	04	Francisco Fadul	03/12/1998	19/02/2000	Tran sição
03	Malam Bacai Sanhá	14/05/1999	17/02/2000	Presidente interino					
04	Kumba Yalá	17/02/2000	14/09/2003	Presidente eleito					
04	Kumba Yalá	17/02/2000	14/09/2003	Presidente eleito	05	Caetano N'Tchama	19/02/2000	19/03/2001	
					06	Faustino Imbali	21/03/2001	09/12/2001	
					07	Alamara Nhassé	09/12/2001	17/11/2002	
					08	Mário Piris	17/11/2002	14/09/2003	
05	Viríssimo Correia Seabra	14/09/2003	28/09/2003	Presidente interino (em nome de comité militar)	Vago (14/09/2003 a 28/09/2003)				
06	Henrique Pereira Rosa	28/09/2003	01/10/2005	Presidente interino	09	Artur Sanhá	28/09/2003	10/05/2004	Tran sição
					10	Carlos Gomes Junior	10/05/2004	02/11/2005	
07	João Bernardo Vieira	01/10/2005	02/03/2009	Presidente eleito	11	Aristides Gomes	02/11/2005	13/04/2007	
					12	Martinho Ndafo Kabi	13/04/2007	05/08/2008	
					13	Carlos Correia	05/08/2008	02/01/2009	
08	Raimundo Pereira	03/03/2009	08/09/2009	Presidente interino	14	Carlos Gomes Junior	02/01/2009	10/02/2012	
09	Malam Bacai Sanhá	08/09/2009	09/01/2012	Presidente eleito					
10	Raimundo Pereira	09/01/2012	12/04/2012	Presidente interino	15	Adiato Djaló Nandigna	10/02/2012	12/04/2012	Inter ino
11	Mamadu Ture Kuruma	12/04/2012	11/05/2012	Presidente do comando militar	Vago (12/04/2012 a 16/05/2012)				
12	Manuel Serifo Nhamadjo	11/05/2012	23/06/2014	Presidente interino	16	Rui Duarte de Barros	16/05/2012	03/07/2014	Tran sição
13	José Mario Vaz	23/06/2014	27/02/2020	Presidente eleito	17	Domingos Simões Pereira	03/07/2014	20/08/2015	
					18	Baciro Djá	20/08/2015	17/09/2015	
					19	Carlos Correia	17/09/2015	27/05/2016	

Instabilidade política e o desenvolvimento económico na G. Bissau

					20	Baciro Djá	27/05/2016	18/11/2016	
					21	Umaro Sissoco Embaló	18/11/2016	30/01/2018	
					22	Artur Silva	30/01/2018	16/04/2018	
					23	Aristides Gomes	16/04/2018	22/06/2019	
					24	Aristides Gomes	22/06/2019	31/10/2019	
					25	Faustino Imbali	31/10/2019	08/11/2019	
					26	Aristides Gomes	08/11/2019	28/02/2020	
14	Umaro Sissoco Embaló	27/02/2020	Titular	Autoproclamado	27	Nuno Gomes Nabiam	28/02/2020	Titular	

Fonte: Elaboração próprio, Autor própria.

Quadro A2. Sectores afetados pela corrupção na Guiné-Bissau

Sector	Subsector	Descrição
Finanças Públicas	Orçamento, Tesouro, Impostos, Alfândegas	Funcionário fantasma, Transações ilícitas, subornos, desvios de procedimento, não-pagamento das taxas devidas em processos de importação, roubo, apropriação indevida de fundos público, fraude fiscal, cobrança excessiva das taxas, etc.
Serviços Públicos	Saúde	Alto nível de mortalidade, mas entre crianças e mulheres, falta de equipamento, pessoal médico com muito pouco conhecimento técnico, falta crónica de produtos farmacêutico, furto de medicamentos e material de laboratório, cobranças ilícitas, falsas juntas médicas, etc.
	Educação	Funcionário fantasma, falta de equipamento, compra de notas escolares, cobranças ilícitas, desvio de fundos escolares pelos diretores, etc.
	Polícias, militares	Extorsão pela Polícia de Transito, cobranças ilícitas nas estradas, desmatagem das florestas, raptos e assassinatos, golpe de Estado, tráfico de droga, apreensões arbitrárias, abuso de força e espancamento das populações, patrocínio, clientelismo e nepotismo na atribuição de patentes, etc.
Poder Judiciais	Ministério Público, Tribunais, Polícia Judiciária, Supremo Tribunal	Suborno, independência limitada, julgamento público injustos, Juizes têm uma formação deficiente, pressão política, escassez de juizes, julgamentos tendenciosos, improdutividade, acumulação de casos, condenações são extremamente raras, etc.

Instabilidade política e o desenvolvimento económico na G. Bissau

Transporte e Comunicação	Portos, Telecomunicação	Suborno, cobrança excessiva da importação, roubo, desvios de fundos, Funcionários fantasmas, patrocínio, clientelismo nepotismo, etc.
Obras Públicas	Construção	Subornos, em geral, e em concursos, em particular, evasão fiscal, aquisição de obras públicas, etc.
Recursos Naturais	Agricultura, exploração (Florestal, Fosfato, Petróleo, Área Pesada, Bauxite, Rochas Ornamentais, Pesca, etc)	Diminuição dos rendimentos para agricultura, Níveis baixo de produção, exploração ilegal de recursos, licença de pesca ilegal, exploração ilegal de madeira, etc.

Fonte: Elaboração própria, Autor própria.

Quadro A3. Posição mundial de corrupção dos Países do PALOP

Países	Evolução de Posição na Corrupção nos Países do PALOP											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	147°	158°	162°	168°	168°	157°	153°	161°	163°	164°	167°	168°
Cabo-Verde	49°	47°	46°	45°	41°	39°	41°	42°	40°	38°	48°	45°
Guiné-Bissau	147°	158°	162°	154	154°	150°	163°	161°	158°	168°	171°	172°
Moçambique								119°	112°	142°	153°	158°
S.T. Príncipe	118°	121°	111°	101°	100°	72°	72°	76°	66°	62°	64°	64°
Timor-Leste	123°	145°	146°	127°	143°	113°	119°	133°	123°	101°	91°	105°

Fonte: Countryeconomy.com

Quadro A4. Posição mundial de Índice de Desenvolvimento Humano dos países de PALOP

Países	Evolução de Posição no Índice de Desenvolvimento Humano nos Países do PALOP											
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Angola	143	143	143	146	148	148	149	149	150	150	147	149
Cabo-Verde	121	121	121	118	133	132	123	122	122	122	128	126
Guiné-Bissau	173	173	173	164	176	176	177	178	178	178	177	178
Moçambique	172	172	172	165	184	185	178	180	181	181	180	180
S.T. Príncipe	131	131	131	127	144	144	142	143	142	142	138	137
Timor-Leste	163	163	162	120	147	134	128	133	133	133	131	131

Fonte: PNUD Relatórios de Desenvolvimento Humano (2007 a 2019)

Quadro A5. Evolução do PIB anual da Guiné-Bissau 1974-1997

EVOLUÇÃO: PIB anual Guiné-Bissau 1974-1997		
Data	PIB anual (em Milhões de \$)	Crescimento do PIB (%)
1974	99 milhões \$	4,6%
1975	109M \$	7,8%
1976	112M \$	4,9%
1977	115M \$	-7,2%
1978	123M \$	13,1%
1979	119M \$	2,0%
1980	171M \$	-16,0%
1981	219M \$	-0,5%
1982	249M \$	4,2%
1983	281M \$	-3,4%
1984	195M \$	5,5%
1985	287M \$	4,3%
1986	280M \$	-1,0%
1987	237M \$	5,6%
1988	221M \$	2,0%
1989	266M \$	2,9%
1990	324M \$	4,6%
1991	456M \$	7,3%
1992	500M \$	3,1%
1993	386M \$	2,3%
1994	435M \$	3,0%
1995	460M \$	4,0%
1996	438M \$	3,7%
1997	416 milhões \$	6,0%

Fonte: Countryeconomy.com

Quadro A6. Evolução do PIB anual da Guiné-Bissau 1998-2019

EVOLUÇÃO: PIB anual Guiné-Bissau 1998-2019		
Data	PIB anual (em Mil Milhões de \$)	Crescimento do PIB (%)
2019		
2018		3,8%

Instabilidade política e o desenvolvimento económico na G. Bissau

2017	1187,1 milhões de EUR	5,9%
2016	1056,5 milhões de EUR	6,3%
2015	936,6 milhões de EUR	6,1%
2014	792,9 milhões de EUR	1,0%
2013	787,6 milhões de EUR	3,3%
2012		-1,7
2011	717,3 milhões de EUR	8,1%
2010	645,4 milhões de EUR	4,5%
2009	595,3 milhões de EUR	3,4%
2008	598,9 milhões de EUR	3,2%
2007		3,2%
2006	245,3 milhões de EUR	1,8%
2005	242,1 milhões de EUR	3,5%
2004	217,4 milhões de EUR	2,2%
2003	209,0 milhões de EUR	-0,6%
2002	216,4 milhões de EUR	-7,1%
2001	222,4 milhões de EUR	0,2%
2000		7,5%
1999		8,7%
1998		-28,1%

Fonte: Countryeconomy.com

Quadro A7. Matriz da caracterização económica da Guiné-Bissau

Período	Situação de Economia	Desempenho	Razão
Antes de 1998	A evolução económica antes do conflito militar de 1998	satisfatória	-Estabilidade política -Reforma no estado em 1987 -Acordo ESAF com FMI e BM em 1995 -Liberalização da economia em 1995 -Adesão da UEMOA em 1997
1998	A economia guineense durante o conflito militar de 1998	Não satisfatória	-Guerra Civil -Golpe de Estado -Instabilidade política -Declínio da atividade produtiva -Indústrias paradas e bancos fechados

Instabilidade política e o desenvolvimento económico na G. Bissau

			<ul style="list-style-type: none"> -Função pública estagnada -Aumento de setor informal na economia
1999-2000	Economia da Guiné-Bissau nos dois anos após conflito militar de 1998	Satisfatória	<ul style="list-style-type: none"> -Estabilidade política -Estabilização social e a reorganização económica -Recuperação dos circuitos formais na economia -Exportação de 64000 toneladas de castanha de caju, valor nunca foi antes
2001-2006	Deterioração do desempenho macroeconómico após a sua recuperação	Não satisfatória	<ul style="list-style-type: none"> -Golpe de Estado -Instabilidade política -Descida de preço de castanha de caju cerca de 30% no mercado internacional -Suspensão de apoio por parte da comunidade internacional -Aumento do setor informal
2007-2011	Nova dinâmica de crescimento na economia guineense	Satisfatória	<ul style="list-style-type: none"> -Estabilidade Política -Acréscimo na exportação de castanha de caju -Acréscimo na mobilização das receitas internas e controle das despesas públicas -Relançamento de investimento público -Pagamento dos atrasados ao setor privado -Melhoria na oferta dos serviços públicos (educação, saúde, água, luz, etc.)
2012	Novo recuou na dinâmica de crescimento na economia guineense em 2012	Não satisfatória	<ul style="list-style-type: none"> - Golpe de Estado -Instabilidade política - Interrupção das exportações -Suspensão da assistência dos doadores tradicionais

			-Suspensão de crédito a economia por causa de elevado crédito malparado
A partir de 2014 a 2019	Um olhar de esperança no crescimento economia guineense a partir do ano 2014	Satisfatória	-Normalização da situação política entre 2014-2015 - Financiamento junto de FMI no abrigo de FCR -Retoma da assistência dos doadores internacionais -Boa colheita de castanha de cajú em 2015 -Melhoria no fornecimento dos serviços públicos (educação, saúde, água luz, etc.) -Elevado preço de castanha de caju

Fonte: Elaboração própria, Autor própria.

Outros Anexos

1. Perguntas de investigação



MESTRADO EM ECONOMIA
MONETÁRIA FINANCEIRA

DISSERTAÇÃO

**TEMA: INSTABILIDADE POLÍTICA E
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NA GUINÉ-
BISSAU**

Aluno: Samora Gomes Có

**Orientador: Professor Doutor Sérgio Chilra
Lagoa**

ISCTE - julho de 2020

PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

- Qual é a causa da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau?
- Será que a instabilidade política é um dos principais culpados pelo um baixo desenvolvimento económico da Guiné-Bissau? Sim ou Não porquê?
- Como acabar com a crónica instabilidade política na Guiné-Bissau e projetar um alto nível de desenvolvimento económico?
- Será que as sucessivas mudanças de gabinete (governos) é a razão de um baixo nível do investimento na Guiné-Bissau? Sim ou Não porquê?
- Como promover um alto nível de investimento na Guiné-Bissau?
- Qual é a causa do elevado nível da corrupção na Guiné-Bissau?

Instabilidade política e o desenvolvimento económico na G. Bissau

- Como reduzir a corrupção na Guiné-Bissau?
- Qual é a causa da extrema pobreza na Guiné-Bissau?
- Como reduzir a pobreza na Guiné-Bissau?

Objetivo: ouvir algumas personalidades do país, para comparar as suas conclusões com os dados obtidos.

Quadro A8 – Caracterização Geral dos Entrevistados

Entrevistados	Sexo	Escola de Formação	Qualifica académica	Área profissional/ Sector Atividade	Entidade Empregadora
- Dr. Geraldo Martins	Masculino	- Universidade de Londres, Reino Unido (SOAS); - Universidade de Londres, Reino Unido (SOAS); - Faculdade de Direito de Bissau/Faculdade de Direito de Lisboa, Portugal; - Universidade Estatal da Moldávia.	- Pós-Graduação - Mestrado - Licenciatura - Licenciatura	- Economia - Gestão e Políticas Públicas - Direito - Química-Física	- Ministro de Economia e Finanças (2014-2016) (2019-2020); - Ministro de Educação (2001-2003); - Consultor de várias organizações internacionais (UNICEF, UNFPA, USAID, PLAN INTERNATIONAL); - Alto executivo no Banco Mundial (2004-2014).
- Professor Doutor Suande Camará	Masculino	- Universidade do Estado Russo de Economia, Estatística e Informática em Moscovo (2001) - Universidade do Estado Russo de Economia, Estatística e Informática em Moscovo	- Doutorado, PHD - Mestrado	- Ciências económicas (Estatística) - Ciências Economia e Especialização em Estatística Macroeconómica	- Instituto Nacional de Estatística (INE) desde (2004) - Diretor Geral do INE-Guiné-Bissau (2015-2018) - Coordenador, supervisor e

		- Universidade do Estado Russo de Economia, Estatística e Informática em Moscovo (1992–1997)	- Licenciado	- Ciências Económicas (Estatística)	consultor de vários estudos e inquéritos no país - Professor de Estatística na Universidade Jean Piaget (2011-2012) - Professor de Estatística na Universidade Amílcar Cabral (2007-2008) e Matemática (2004)
--	--	--	--------------	-------------------------------------	---

Fonte: Elaboração próprio, autor próprio. A partir das entrevistas recolhidas de julho a setembro de 2020.

2. ENTREVISTA de Dr. Geraldo Martins

Perguntas e respostas da entrevista:

1) Quais são as causas da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau?

Na minha opinião há várias causas – políticas e socioeconómicas. Entre as causas políticas estão:

- i. Uma pesada herança militar, na sequência da luta armada de libertação nacional, e a incapacidade do Estado em criar forças armadas verdadeiramente republicanas (os militares estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na maior parte das turbulências políticas na Guiné-Bissau);

- ii. Uma classe política propensa em desrespeitar a Constituição e as leis para servir seus interesses políticos (é comum o aproveitamento de algumas lacunas na Constituição da República);
- iii. Um sistema judicial ineficiente e corrupto;

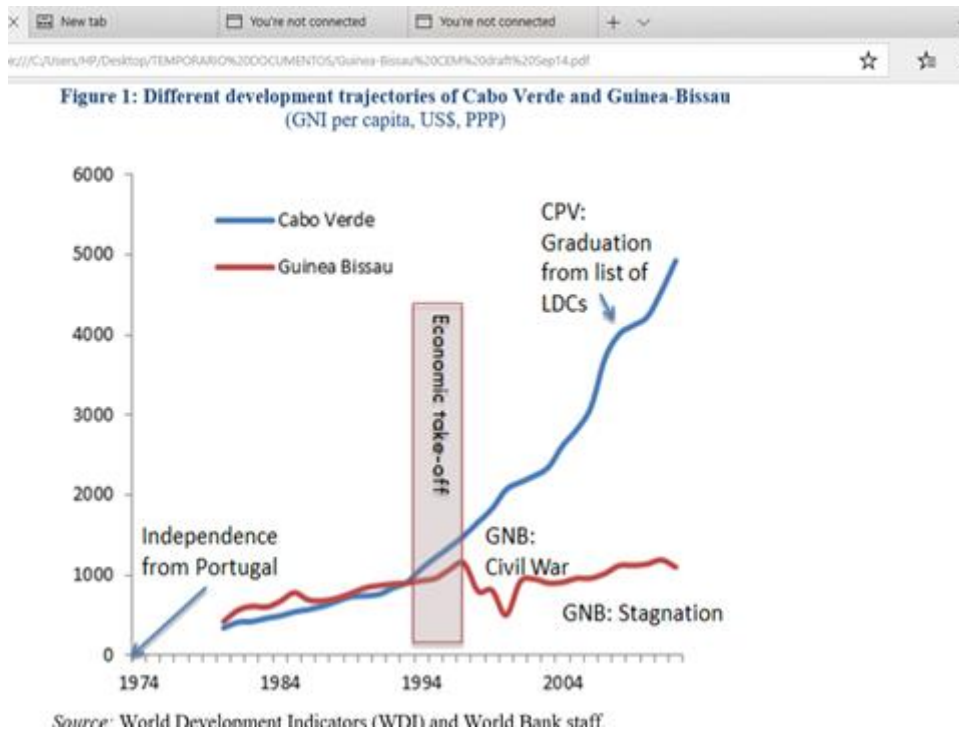
As causas socioeconómicas incluem:

- i. A pobreza, que explica, em parte, a compra de votos e de consciência;
- ii. O analfabetismo, que condiciona as escolhas de boa parte dos eleitores;
- iii. O fraco crescimento económico do país.

2) Será que a instabilidade política é um dos principais culpados pelo fraco desenvolvimento económico da Guiné-Bissau?

Existe uma forte correlação entre instabilidade política e crescimento económico. O gráfico 1 compara a evolução da riqueza nacional da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. O crescimento económico da Guiné-Bissau tem sido prejudicado pela instabilidade política.

Gráfico 1. Evolução do PIB per capita (Guiné-Bissau e Cabo Verde)



O Gráfico 2 mostra claramente o impacto da instabilidade política sobre o crescimento económico na Guiné-Bissau. As quedas abruptas de crescimento coincidem com os anos de maior convulsão política.

A mesma coisa em relação ao gráfico 3. 2012 foi ano de golpe de Estado.

1998-2015: Instabilidade política e crescimento económico na Guiné-Bissau

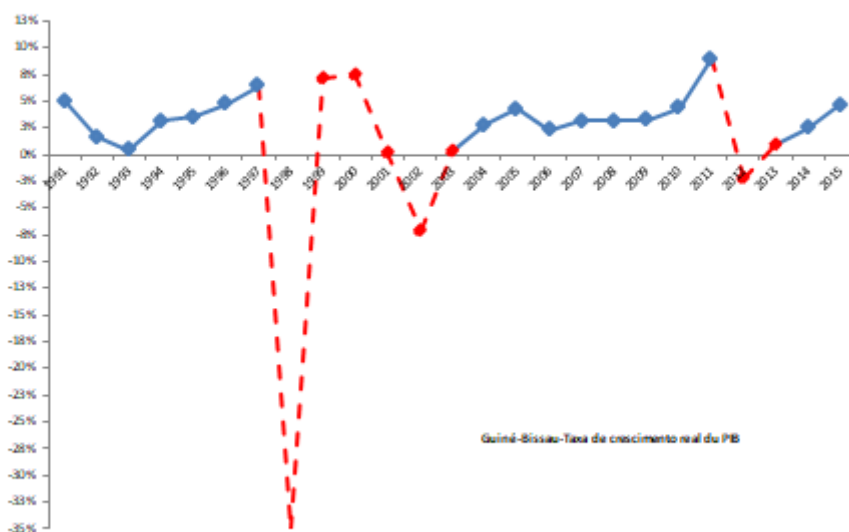
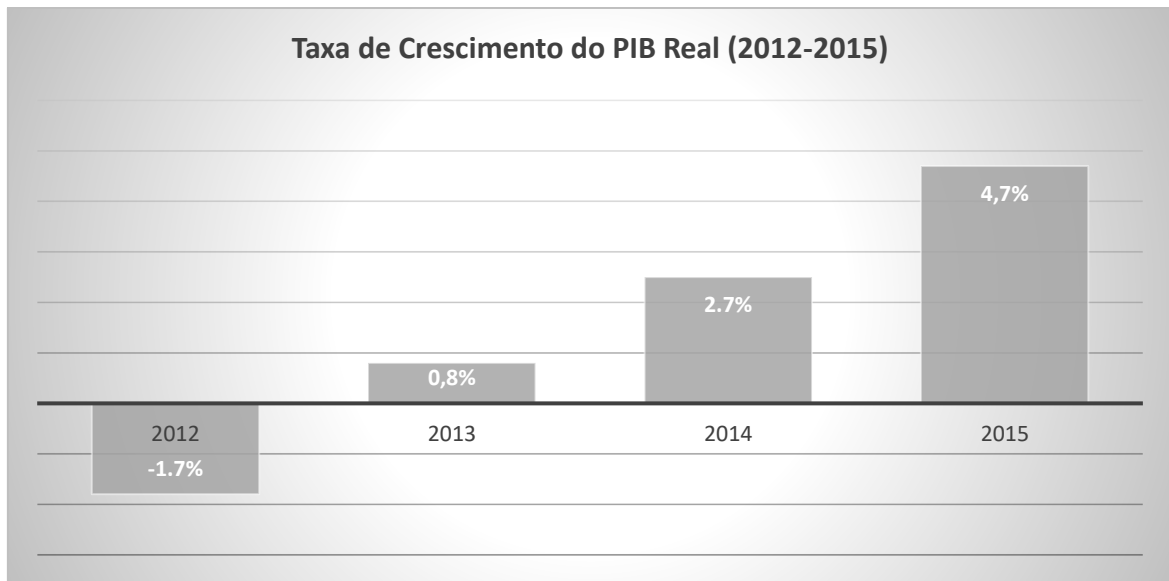


Gráfico 3. Crescimento económico entre 2012 e 2015



Fonte: FMI

Por exemplo, na década que se seguiu ao conflito político militar de 1998-99, o crescimento económico foi anémico, com uma taxa média de 2,1%, ligeiramente abaixo da taxa de crescimento da população de 2,3%

3) Como acabar com a crónica instabilidade política na Guiné-Bissau e projetar um alto nível de desenvolvimento económico?

Reduzir ou eliminar as causas da instabilidade política apontadas na pergunta 1 (ver também Terra Ranka).

4) Será que as sucessivas mudanças de gabinete (governos) é a razão de um baixo nível de investimento na Guiné-Bissau?

As mudanças frequentes de governo têm caracterizado as dinâmicas políticas na Guiné-Bissau desde a adoção da democracia multipartidária. Por exemplo, entre 1999 e 2019, houve 14 mudanças de governo. As mudanças de governo afetam o investimento, interno e externo.

Por exemplo, as frequentes mudanças de governo afetam a agenda de reformas. O investimento externo está associado, em parte, ao ambiente de negócios do país. Em 2014, a Guiné Bissau ocupava a posição 180 (entre 189 países) no ranking do Doing Business. Em 2020, a Guiné-Bissau ocupa a posição 174. Ou seja, em seis anos, houve pouca evolução.

5) Qual é a causa do elevado nível de corrupção na Guiné-Bissau?

A pobreza

A má governação

Sistema judicial ineficiente

6) Qual é a causa da extrema pobreza na Guiné-Bissau?

As principais causas são o fraco crescimento económico e a má governação.

7) Como reduzir a pobreza na Guiné-Bissau?

Promover o crescimento económico inclusivo, melhorar a governação, investir no capital humano (*ver também o Terra Ranka*).

Entrevistador: Samora Gomes Có

Entrevistado: Dr. Geraldo Martins

3. ENTREVISTA de Professor Doutor Suande Camará

Perguntas e respostas da entrevista:

- Qual é a causa da crónica instabilidade política na Guiné-Bissau?
- R: Corrupção generalizada, sobretudo na esfera da justiça, falta de reforma na administração do estado e na defesa e segurança.
- Será que a instabilidade política é um dos principais culpados pelo um baixo desenvolvimento económico da Guiné-Bissau? Sim porquê?
- R: Não. Porque acho que a instabilidade política e baixo desenvolvimento económico da Guiné-Bissau, são ambas as consequências de todo o mal gerada ao longo de décadas de história da Guiné-Bissau, sobretudo pela má governação, injustiça e fraco desenvolvimento do sector privado como um dos motores do desenvolvimento económico de qualquer país.
- Como acabar com a crónica instabilidade política na Guiné-Bissau e projetar um alto nível de desenvolvimento económico?
- R: Edificar a justiça e reformar efetivamente a administração do estado e na defesa e segurança.
- Será que as sucessivas mudanças de gabinete (governos) é a razão de um baixo nível do investimento na Guiné-Bissau? Sim porquê?
- R: Não. A mudança de governos nem sempre constitui a razão de baixo nível do investimento. Porque a governação é continuidade.
- Como promover um alto nível de investimento na Guiné-Bissau?
- R: Mudar a estratégia de mobilização de fundos, através de nova abordagem que deve arcar as fontes alternativas de financiamento.
- Qual é a causa do elevado nível da corrupção na Guiné-Bissau?
- R: Má distribuição de rendimentos (má governação) e injustiça
- Como reduzir a corrupção na Guiné-Bissau?
- R: Reforma na administração pública incluindo a esfera da justiça e maior controlo do bem público
- Qual é a causa da extrema pobreza na Guiné-Bissau?
- R: Monocultura de caju e má governação
- Como reduzir a pobreza na Guiné-Bissau?

- R: Diversificação e modernização da produção agrícola

Entrevistador: Samora Gomes Có

Entrevistado: Professor Doutor Suande Camará